

**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES  
CURSO DE PROMOÇÃO A OFICIAL SUPERIOR**

**2014/2015**



**TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO**

**A PROTEÇÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE  
OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

**DOCUMENTO DE TRABALHO**

O TEXTO CORRESPONDE A TRABALHO FEITO DURANTE A FREQUÊNCIA DO CURSO NO IESM SENDO DA RESPONSABILIDADE DOS SEUS AUTORES, NÃO CONSTITUINDO ASSIM DOUTRINA OFICIAL DAS FORÇAS ARMADAS PORTUGUESAS E DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA.



**INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

**A PROTEÇÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE  
OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

**CAP CAV JOSÉ MANUEL COSTA DA SILVA BARRADAS (Coordenador)  
CAP INF DINIS MENDES FAUSTINO  
CAP ADMIL PEDRO JOSÉ DA SILVA PEREIRA DE PINHO  
CAP ART CARLOS FERNANDO DA C. BICA LOPES DE ALMEIDA**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2014/2015

Pedrouços 2015

---



## **INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES**

### **A PROTEÇÃO NA CAMPANHA MILITAR NO TEATRO DE OPERAÇÕES DE ANGOLA (1961-1974)**

**CAP CAV JOSÉ MANUEL COSTA DA SILVA BARRADAS (Coordenador)**  
**CAP INF DINIS MENDES FAUSTINO**  
**CAP ADMIL PEDRO JOSÉ DA SILVA PEREIRA PINHO**  
**CAP ART CARLOS FERNANDO DA C. BICA LOPES DE ALMEIDA**

Trabalho de Investigação de Grupo do CPOS 2014/2015

Orientadores:

MAJ ENG JOSÉ MIGUEL ALMEIDA RAMALHO

MAJ ENG JOÃO MANUEL PINTO CORREIA

Pedrouços 2015

---



## **Agradecimentos**

Aos Exmos Major Pinto Correia e Major Almeida Ramalho, pela orientação, apoio incondicional e pelo profissionalismo que sempre demonstraram, que tão determinante foi na estruturação e elaboração deste trabalho.

Aos Exmos General Tomé Pinto e Coronel Barão da Cunha, pela excecional disponibilidade, paciência e prontidão desde o primeiro contacto, assim como pelas entrevistas concedidas. O saber e experiência partilhados revelaram-se nucleares na elaboração deste trabalho.

Ao Sr Dr Tavares, do Arquivo Histórico Militar, pela colaboração na procura de informação bibliográfica e documental que constituíram fontes estruturantes na elaboração deste trabalho.

Ao Instituto de Estudos Superiores Militares, não só pelas interessantes temáticas abordadas, como pela oportunidade de podermos integrar um trabalho conjunto do Curso de Promoção a Oficial Superior, contribuindo para assinalar a nossa entidade e passagem por este estabelecimento de ensino superior militar.

A todos, o nosso profundo agradecimento.



---

## Índice

<b>Introdução</b> .....	1
<b>1. Evolução doutrinária e concetual no período em análise</b> .....	6
<b>2. Forças envolvidas</b> .....	9
<b>a. Tipologia</b> .....	9
<b>b. Meios</b> .....	10
<b>3. As operações em análise</b> .....	13
<b>a. A defesa antiaérea</b> .....	13
<b>b. A recolha de pessoal</b> .....	13
<b>c. A proteção de informação</b> .....	14
<b>d. As medidas para evitar o fratricídio</b> .....	15
<b>e. A segurança de área</b> .....	16
<b>f. A sobrevivência</b> .....	18
<b>g. A proteção sanitária</b> .....	19
<b>h. A prevenção de acidentes</b> .....	20
<b>i. A segurança das operações</b> .....	22
<b>j. A inativação de engenhos explosivos</b> .....	23
<b>Conclusões</b> .....	25
<b>Bibliografia</b> .....	28

### Índice de Anexos

Anexo A - Nota n.º 2475/ORG “Reorganização do QO do QG/RMA – RG..... Anx-1

### Índice de Apêndices

Apêndice A – Enquadramento doutrinário da função de Combate Proteção.....Apd A-1

Apêndice B - Guião das entrevistas.....Apd B-1

Apêndice C – Sinopse da entrevista com Exmo Cor Barão da Cunha.....Apd C-1

Apêndice D – Sinopse da entrevista com Exmo General Alípio Tomé Pinto.....Apd D-1

### Índice de Tabelas

Tabela n.º 1 – Discriminação de Efetivos em 1964 e 1973.....Tab 1-1

Tabela n.º 2 - Quadro síntese de mortos em Angola.....Tab 2-1



## **Resumo**

O presente trabalho destina-se a investigar o tema “A Proteção na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola (1961-1974)”, contribuindo para um trabalho conjunto que se insere no título genérico “Análise da Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola do ponto de vista das Forças Terrestres”.

O percurso metodológico utilizado assentou em três fases: fase exploratória, consistindo em leituras preliminares de documentos, bibliografia diversa e entrevistas exploratórias; fase analítica, através da recolha de dados e a respetiva análise dos mesmos; fase conclusiva, onde foram elaboradas as conclusões e a redação do trabalho, tendo em vista a apresentação e defesa do mesmo.

Verificámos que, no período em questão, não existia o conceito doutrinário de função de combate, nem a Proteção era abordada de forma independente. No entanto, as medidas de segurança previstas nos manuais doutrinários foram maioritariamente cumpridas e evoluindo com o decorrer da Campanha.

## **Palavras-chave**

Angola, Campanha Militar, Proteção.



## **Abstract**

“Protection in the Military Campaign of Angola's Operation Theater (1961-1974)” aims to be part of a more comprehensive paper work which is entitled “Angola's Operation Theatre Military Campaign analysis from the Land Component point of view”.

The methodological approach used was based on three stages: exploratory stage, based on documents preliminary readings, miscellaneous bibliography and exploratory interviews; analytics stage, through data collection and analysis; conclusive stage, which comprises the writing of the paper and the conclusions, aim at the presentation and defense of paper.

We concluded that in that period, the doctrinary concept of combat functions didn't exist neither protection was independently approached. Nevertheless, safety measures existing in the doctrinary manuals were mostly undertaken and evolved through the Campaign.

We concluded that in that period the combat function doctrinary concept didn't exist and neither protection had an independent approach. Nevertheless, the security measures existing in the doctrinary manuals were being mostly fulfilled and also updated throughout the Campaigning timeline.

## **Keywords**

Angola, Military Campaign, Protection.



## **Lista de Abreviaturas, Acrónimos, Siglas e Conceitos**

- AAA – Artilharia Antiaérea  
AOp – Área de Operações  
CCMDS – Companhia de Comandos  
CIOE – Centro de Instrução de Operações Especiais  
EEFI – Essencial Elements of Friendly Information  
EM – Estado Maior  
EME – Estado Maior do Exército  
EOD - Explosive Ordnance Disposal  
FAP – Força Aérea Portuguesa  
FM – Frequency Modulator  
H – Hipótese  
IED – Improvised Explosive Device  
NATO – North Atlantic Treaty Organization  
NBQR – Nuclear, biológico, químico e radiológico  
NT – Nossas Tropas  
OPSEC – Segurança das Operações  
QC – Questão central  
QD – Questão derivada  
QG/RMA – Quartel General da Região Militar de Angola  
QO – Quadro Orgânico  
TO – Teatro de Operações  
VBL – Viatura Blindada  
VBTP – Viatura Blindada de Transporte de Pessoal  
VD – Variável dependente  
VHF – Very High Frequency  
VI – Variável independente  
ZRn – Zona de Reunião



## Introdução

Com este trabalho de investigação, pretende-se realizar uma análise da Campanha Militar no Teatro de Operações em Angola, no que respeita à função de combate proteção, durante o período de 1961 a 1974.

A Campanha Militar no Teatro de Operações (TO) de Angola apresentou a Portugal um inimigo de natureza distinta que recorria a ações de guerrilha. As forças de guerrilha estavam adaptadas ao terreno e ao clima austero e moviam-se sem dificuldade em pequenos grupos, apoiando-se nas populações, ao nível logístico. Eram bastante agressivas e ágeis, retirando oportunamente para se empenharem rapidamente noutra local (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 66).

Perante um oponente completamente distinto ao que a doutrina militar compreendia, houve uma necessidade de recolher ensinamentos sobre a guerra subversiva, por forma a preparar as Forças Armadas Portuguesas para o cenário que viriam a encontrar no Teatro de Operações em Angola.

A doutrina militar portuguesa de contra guerrilha começou a ser alvo de estudo antes de 1961, apoiada nos cenários de guerra de países como França, Inglaterra e Estados Unidos da América, designadamente em manuais, palestras e conferências proferidas no nosso país por oficiais estrangeiros, bem como pela frequência de estágios no estrangeiro por oficiais portugueses (Cann, 1978, p. 71).

De acordo com a doutrina em vigor no Exército Português, a função de combate Proteção<sup>1</sup> é uma atividade contínua que integra as capacidades da força para proteger bases, garantir segurança em itinerários e proteger forças, e inclui as seguintes tarefas<sup>2</sup>:

- Defesa antiaérea;
- Recolha de pessoal;
- Proteção de informação;
- Medidas para evitar o fratricídio;
- Segurança de área;
- Antiterrorismo;
- Sobrevivência;

---

<sup>1</sup> Atualmente, e assente na doutrina NATO, a função de combate proteção engloba as tarefas e sistemas que preservam a força para se dispor do máximo potencial de combate. A função de combate proteção tem ainda por finalidade constituir-se como um facilitador da manutenção da integridade da força e do seu potencial de combate (**Exército Português, 2012, pp. 2-36**).

<sup>2</sup> Anexo A-1.



- Proteção sanitária
- Operações de defesa NBQR;
- Prevenção de acidentes;
- Segurança das operações;
- Inativação de engenhos explosivos (EOD).

São estas tarefas que darão forma à nossa análise, sendo que o objeto da investigação deste trabalho são as ações de proteção do Exército Português durante o período de 1961-1974, na Campanha Militar no TO em Angola. Delimitámos o estudo, ao nível tático, em todo o TO, no período atrás referido, nas seguintes áreas específicas: defesa antiaérea, recolha de pessoal, proteção de informação, medidas para evitar o fratricídio, segurança de área, sobrevivência, proteção sanitária, prevenção de acidentes, segurança das operações e inativação de engenhos explosivos.

Tendo em conta o objeto da investigação acima exposto, este estudo comporta os seguintes objetivos:

(1) O objetivo geral da investigação é compreender e avaliar a função de Combate Proteção na Campanha Militar no TO em Angola.

(2) Os objetivos específicos são os seguintes:

- Concetualizar a Proteção no período em análise;
- Analisar a doutrina da época ao nível da proteção, bem como a sua evolução no período em análise;
- Analisar a forma como a Proteção se refletia no Dispositivo de Forças destacado para o TO de Angola;
- Analisar os aspetos no âmbito da Proteção, quanto aos meios, tempo e tipologia;
- Avaliar os impactos da Proteção no estado final da Campanha.

Para o desenvolvimento do presente trabalho de investigação foi colocada a seguinte Questão Central (QC):

- Que consequências teve a função de combate proteção na Campanha Militar no TO de Angola (1961 – 1974)?

Para ajudar a atingir o objetivo específico, tivemos como orientação as seguintes Questões Derivadas (QD):



- QD 1 – Qual a evolução doutrinária militar portuguesa, entre 1961 e 1974 no âmbito da Proteção?
- QD 2 – Quais as características, a tipologia de forças e meios projetados para o TO de Angola que refletiam a função de combate Proteção?
- QD 3 – Quais os efeitos da Proteção, ou sua ausência, nos principais momentos e operações da Campanha?
- QD 4 – Como se refletiu a função de combate proteção no decorrer da Campanha?

De forma a responder às questões derivadas foram identificadas as respetivas causas, definidas nas seguintes Variáveis Independentes (VI):

- VI 1 – Novo conceito de guerra, resultante das características do oponente;
- VI 2 – As características, meios e tipologia de forças empregues não precaviam as novas situações táticas a enfrentar;
- VI 3 – Por vezes, verificaram-se falhas na aplicação das medidas de proteção;
- VI 4 – O novo tipo de guerra conduziu à tomada de novas medidas de proteção;

Considerámos que os efeitos das Variáveis Dependentes (VD) foram os seguintes:

- VD 1 – Evolução doutrinária que conduziu à revisão e elaboração de novos manuais doutrinários;
- VD 2 – Improvisação de medidas de proteção e constituição de forças melhor preparadas;
- VD 3 – Elevado número de acidentes;
- VD 4 – Lições aprendidas ao longo dos anos que levaram à redução do número de baixas.

Das QD identificadas, deduzimos as seguintes Hipóteses (H):

- H1 – Na doutrina da guerra subversiva, a proteção não era definida como uma função de combate, tal como hoje conhecemos, nem se encontrava isolada de outras áreas funcionais. O conceito de proteção foi-se desenvolvendo no decorrer da guerra, adaptando os ensinamentos das lições aprendidas (no que se relacionava com os movimentos subversivos) de países europeus em conflito nas suas colónias, às operações e experiências no Teatro Operacional em análise.



- H2 – As características, tipologia de forças e meios projetados para o TO de Angola foram insuficientes e em alguns casos pouco adequados para uma proteção da força.
- H3 – Uma deficiente, ou inexistente, aplicação das medidas de proteção originou situações de perigo nas operações.
- H4 – Apesar de deficiente ou insuficiente, foram incrementadas medidas de Proteção ao longo do período da Campanha Militar, principalmente nos últimos anos.

A estratégia definida para a investigação assentará essencialmente numa abordagem metodológica de índole qualitativa dedutiva, pretendendo-se avaliar as ações e manobras de natureza tática aplicadas, no que respeita à proteção. A recolha de informação será efetuada numa primeira fase, de forma a obter dados mais objetivos e confirmar as questões derivadas, realizando uma pesquisa bibliográfica e documental. Numa segunda fase, por entrevistas realizadas aos veteranos que participaram nesta campanha de forma a compreender e determinar em que contexto eram aplicadas as medidas de proteção complementando a informação obtida na primeira fase.

Como metodologia a aplicar, e pretendendo retirar a maior informação possível das fontes primárias e secundárias disponíveis, conduzimos a investigação em três fases distintas. Uma primeira fase exploratória, consistindo em leituras preliminares, apoiando a pesquisa de informação em manuais doutrinários, documentação histórica e entrevistas exploratórias a veteranos que estiveram presentes no TO de Angola. Esta fase culminou com a elaboração de um plano de trabalho, em que foi definida toda a estratégia para o trabalho, o mapa de planeamento e uma proposta de índice. Numa segunda fase, analítica, através da recolha de dados e a respetiva análise dos mesmos. Por fim, a fase conclusiva, onde foram elaboradas as conclusões e a redação do trabalho, tendo em vista a apresentação e defesa do mesmo.

No que concerne à organização do trabalho, o mesmo está organizado em cinco partes estruturantes. A presente parte é inicial, a introdução, apresenta o estudo a desenvolver, bem como a sua importância, objeto de estudo e metodologia seguida. No primeiro capítulo iremos refletir sobre a evolução doutrinária e concetual, no período em análise. No segundo capítulo faremos uma abordagem às forças envolvidas, tendo em conta a sua tipologia, estrutura e meios empregues. No terceiro capítulo, explanaremos as operações em análise, fazendo uma descrição das tarefas da função de combate proteção, já identificadas



anteriormente. Por último, iremos elencar as conclusões, pretendendo identificar quais as principais consequências do emprego das medidas de proteção no TO em Angola.



## 1. Evolução doutrinária e concetual no período em análise

A primeira publicação do Estado Maior do Exército (EME), que definiu uma doutrina para a Campanha Militar em Angola, foi o “Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades da Contraguerrilha”, de 1961. Elaborada com base nos ensinamentos dos países que apoiaram Portugal na adaptação da doutrina, definia a guerra subversiva como uma *“guerra conduzida no interior de um território, por uma parte dos seus habitantes, apoiada ou não do exterior, contra as autoridades de direito ou de facto estabelecidas nesse território ou, no mínimo, de paralisarem a sua ação”*.

Com base nos ensinamentos colhidos durante os dois primeiros anos na campanha no norte de Angola, em 1963, surge a publicação do EME “O Exército na Guerra Subversiva”<sup>3</sup>, que substituiu o “Guia para o Emprego Tático das Pequenas Unidades da Contraguerrilha”, de 1961, sofrendo uma última atualização em 1966 (O Exército na Guerra Subversiva, Volume I, 1963, p. XIII).

Através da pesquisa realizada, foi verificado que no que respeita à Proteção, a mesma está presente na doutrina que acompanha o período da Campanha Militar em Angola, mas dispersa pelos vários volumes e capítulos das publicações existentes, não sendo abordada de forma conceptual, mas sim como um conjunto de medidas de segurança a tomar pouco abrangentes, como se poderá verificar no desenvolvimento deste trabalho.

A par da evolução doutrinária, desde 1961 e durante todo o conflito, o sistema de instrução adotado pelo Exército, previa um período de instrução básica comum a todos os mancebos incorporados, após o que se seguia a respetiva especialidade, ficando o militar apto para cumprir o seu serviço efetivo normal. Para os Oficiais e Sargentos milicianos a instrução compreendia dois ciclos de 11 semanas. O primeiro frequentado na Escola Prática de Infantaria para os Oficiais e no Regimento de Infantaria das Caldas da Rainha para os Sargentos e o segundo ciclo nas respetivas Escolas Práticas de cada Arma ou Serviço. Em Angola, o sistema de instrução adotado era semelhante ao da metrópole (Bacelar, 2000, pp. 128, 129).

A instrução específica referente à guerra subversiva, ficou a cargo do Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), que ministrou desde 1961 o Estágio de Contra

---

<sup>3</sup> O manual de doutrina “O Exército na Guerra Subversiva” foi produzido pelo Estado-Maior General do Exército com o apoio do Instituto de Altos Estudos Militares. As informações reunidas para a elaboração do manual incluía elementos essenciais das doutrinas britânica e francesa, bem como algum material americano (Cann, 1978, p. 71).



Insurreição e o Curso de Operações Especiais. Em 1968, estas ações foram substituídas pelo Estágio de atualização sobre o ultramar e o Estágio de Operações Especiais, respetivamente.

Segundo o Coronel Barão da Cunha, no início da guerra e até 1967, apenas alguns militares de Operações Especiais tinham conhecimentos, inicialmente teóricos, adquiridos nos Estados Unidos. Estes conhecimentos foram cimentados pela colocação de militares que já tinham efetuado comissões de serviço no TO de Angola, (incluindo o próprio) no CIOE, em Lamego.

De relevar ainda, o Estágio de Observação Aérea, ministrado no Campo Militar de Santa Margarida, o Curso de Minas e Armadilhas, ministrado na Escola Prática de Engenharia e ainda o Curso de Comandos, ministrado a partir de 1962 em Angola (Bacelar, 2000, pp. 129, 130).

Durante a Campanha foram publicados um elevado número de manuais, regulamentos e outras publicações de âmbito técnico. Destacamos o “Manual de Minas e Armadilhas”, que integra as instruções referentes a todo o tipo de minas convencionais e engenhos improvisados e o manual de “Fortificação de Campanha” de 1970, com dados referentes à construção de obstáculos, procedimentos defensivos e limpeza, ou reparação de itinerários e pontes (Bacelar, 2000, p. 131).

A realização de patrulhas foi a mais comum de todas as operações realizadas pelas forças portuguesas. Na adaptação a esta nova tipologia de conflito, que se traduzia na condução de ações militares de contraguerrilha, as forças portuguesas passaram a realizar patrulhas apeadas, que duravam vários dias e se realizavam afastadas dos estacionamentos normais e sem informações sobre a localização ou os movimentos do inimigo. Esta alteração da tipologia de operações, materializou uma alteração doutrinária que se passou a designar por “patrulhas de nomadização” (O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963, pp. 2ª P - Cap. III - Pag. 7).

Concluimos que, ao adotar este tipo de conduta, havia uma preocupação em aproximar a forma de atuação à do inimigo, privilegiando a surpresa, e obtendo maior eficácia, não só na recolha de informações como nas emboscadas. A adaptação ao ambiente próprio do inimigo, reduziu a probabilidade de ser alvo de emboscadas, bem como de armadilhas e engenhos explosivos, denotando uma preocupação com a segurança das operações. Também se reduzia a rotina, principalmente nos deslocamentos em itinerários, protegendo assim as informações.



Para além de alterar o modo de conduzir as operações, a evolução doutrinária também se refletiu no emprego de meios e tipologia de forças, tendo que se adequar os mesmos, ao ambiente e modo de atuação do inimigo, tal como veremos no capítulo seguinte.



## **2. Forças envolvidas**

### **a. Tipologia**

De seguida faremos uma breve abordagem aos tipos de forças que desempenhavam tarefas mais ativas no que respeita à proteção das forças no terreno, incidindo o nosso estudo no manual do Exército na Guerra Subversiva de 1963, sendo que as publicações posteriores poucas alterações trouxeram à tipologia empregue durante o período da guerra. Assim sendo, faremos uma breve abordagem ao modo de funcionamento das unidades de apoio aéreo, Artilharia, Polícia Militar, Engenharia, Serviço de Saúde e Defesa Antiaérea.

No âmbito da proteção, as unidades de apoio aéreo, desempenhavam um papel fundamental através da vigilância sistemática por aviões ou helicópteros de observação, contribuindo essencialmente para a proteção de itinerários, que acompanhando os movimentos das colunas informavam a presença e atacavam elementos rebeldes referenciados. Também na recolha de feridos, a evacuação aérea revelava-se imprescindível, uma vez que o terreno, por vezes impossibilitava a evacuação terrestre (O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963, pp. 1ª P - Cap. III - Pag. 27).

A Artilharia, apesar da ausência de terreno apropriado para montar bases de fogos adequadas para garantir apoio às unidades de manobra, também era usada para a proteção das forças nas operações de defesa de pontos vitais das vias de comunicação, preparando fogos sobre os itinerários até ao limite do alcance prático das bocas-de-fogo. O seu emprego permitia criar um efeito psicológico no inimigo e dar confiança às unidades apoiadas. A unidade básica era a Bateria, mas por vezes era empregue com unidades de escalão Pelotão ou Secção cedidos como reforço ou apoio direto (O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963, pp. 1ª P - Cap. III - Pag. 13).

As unidades de Polícia Militar eram articuladas em Companhias ou Pelotões independentes, que para além dos serviços de policiamento, justiça, manutenção da disciplina, fiscalização da circulação, também se poderiam constituir em unidades especialmente destinadas a escoltas, controlo de vias de comunicação, guarda de pontos sensíveis e proteção a altas entidades (O Exército na Guerra Subversiva, 1963, pp. Cap. III - Pag. 5).

Às unidades de Engenharia incumbiam missões no âmbito da Proteção, principalmente trabalhos de construção, reparação e manutenção, desobstrução das vias de comunicação e instalações e luta contra incêndios. As unidades de Engenharia podiam ser independentes ou estar integradas em comandos, Agrupamentos, Batalhões ou Companhias de Engenharia,



podendo ser mistas ou organizadas para o desempenho de uma só das atividades (O Exército na Guerra Subversiva, 1963, pp. Cap III - Secção G - Pag. 13). Como veremos nos capítulos seguintes, a Engenharia desenvolveu e teve um papel fundamental na desativação de engenhos explosivos, com as suas unidades de sapadores e especialistas em minas e armadilhas.

Em 1961, a Escola Prática de Engenharia mobilizou duas Companhias de Sapadores e duas Companhias de Construções para Angola. Entre 1961 e 1963 o Regimento de Engenharia n.º 1 mobilizou mais seis Companhias de Sapadores, e entre 1964 e 1975, nove Companhias de Construções e 21 Companhias de Engenharia (1964 a 1975). O Batalhão de Sapadores de Caminho-de-ferro também mobilizou, entre 1962-64 e 1964-66, dois Destacamentos de Caminho-de-ferro e entre 1961-63 e 1963-65, duas Secções de Lança-Chamas (Mascarenhas, 2011, p. 23).

As unidades de Serviço de Saúde poderiam ser articuladas do mesmo modo que as unidades de Engenharia. Visavam conferir proteção sanitária às forças, implementando medidas de higiene e profilaxia, evacuação de feridos e doentes, tratamento e hospitalização de indisponíveis, saneamento do campo de batalha e tratamento da água (O Exército na Guerra Subversiva, 1963, pp. Cap. III - Secção I - Pag. 17).

No que diz respeito à organização das forças, a rápida mobilidade inerente ao combate contra forças subversivas, implicava que as mesmas conduzissem as operações por pequenas unidades (escalão Companhia), de forma a terem grande independência. Este aspeto levava a que as unidades dispusessem de meios que garantissem a segurança das mesmas, sem necessidade de emprego de outras unidades de apoio (O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963, pp. 1ª P - Cap. III - Pag.2).

#### **b. Meios**

Em 1961, o Exército Português não tinha equipamento suficiente para fazer face à Campanha Militar em Angola. A carência verificava-se sobretudo nas viaturas, armamento, munições e certos materiais específicos para as operações. Os primeiros contingentes foram armados e equipados com equipamento existente nas unidades territoriais, ficando estas bastante desfalcadas (Estado Maior do Exército, 1988, p. 292).

O sistema de repetição da espingarda Mauser 7,9 mm, era ineficaz em ataques em massa e pouco eficiente na neutralização do inimigo. Também a pistola-metralhadora FBP 9 mm se revelava ineficaz (Estado Maior do Exército, 1988, p. 275).



A necessidade urgente em retificar estas deficiências e adequar o equipamento das forças, fez com que ainda em 1962, Portugal já contasse com 14.867 FN/7,62 mm cedidas pela Alemanha e Bélgica, a título de empréstimo, e em 1965 já havia cerca de 140.000 Espingardas Automática G3 7,62 mm de fabrico nacional (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 358, 359). Também a necessidade de uma metralhadora ligeira, levou à criação da HK-21, de produção nacional, com a vantagem de 48% das peças serem comuns à Espingarda Automática G3 7,62 mm. Em 1967 começou a ser distribuída, em substituição da MG1 A6 (Estado Maior do Exército, 1988, p. 285).

No que à proteção individual diz respeito, o capacete revelava-se um incómodo e, pouco a pouco, acabou por deixar de ser usado. Segundo o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, em 1963, a doutrina previa que, como resultado das necessidades de adaptação das forças militares ao clima e terreno, o armamento e equipamento fossem maioritariamente aligeirados. Consequentemente, em 1965 faz-se o estudo de aquisição de cantis de plástico, com uma proteção exterior de tecido, e a versão base do equipamento individual, não teria suspensórios, marmitta nem bolsa da marmitta (Estado Maior do Exército, 1988, p. 295).

Também de acordo com o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, as viaturas requeriam capacidades de proteção especiais, sendo que era necessária uma ligeira blindagem.

Já antes de 1961, em Angola, o Grupo de Dragões de Angola<sup>4</sup>, estava equipado com viaturas Panhard EBR/ETT, mas só em 1962 é que foram mobilizadas para a Campanha Militar no TO para equipar outras forças. Estas viaturas já eram consideradas antiquadas antes do início da guerra, mas ainda assim só foram retiradas do TO no final da década de sessenta, bastante desgastadas. Foi substituída a partir de 1967, pela Panhard AML, armada com um morteiro de 120 mm e com uma blindagem de 10 a 40 mm (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 365).

A necessidade de garantir escolta às colunas e proteção a pontos críticos, associada à escassez e dificuldade na obtenção de sobressalentes, levou à aquisição de viaturas Daimler Dingo, de origem inglesa, também estas obsoletas, com blindagem lateral de 8 a 16 mm, abertas em cima e sem armamento, em que se adaptou uma torre que conferia proteção e permitia executar tiro através de escotilhas (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 365).

---

<sup>4</sup> Unidade de Reconhecimento que correspondia a um Batalhão e que desempenhou um papel de grande importância na reocupação do Norte da colónia (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 393).



Assim sendo, foi apoiada a produção nacional de uma viatura blindada de transporte de pessoal (VBTP), equipada com duas metralhadoras de 7,62 mm, a viatura blindada (VBL) – Chaimite. Esta viatura dispunha de uma blindagem de 10 a 40 mm e começou a ser usada em Angola em 1970. Relativamente aos carros de combate, pelas restrições NATO e pela sua inadequação, apenas dois M5A1 foram mobilizados para Angola no final da década de sessenta, a título experimental (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 364).

Em 1963, o manual “O Exército na Guerra Subversiva” já previa que as unidades deveriam dispor de material que garantisse proteção em operações por longos períodos, em condições atmosféricas adversas e contra animais que colocassem a vida em perigo. Era então fundamental que as unidades fossem dotadas de material como tendas, sacos cama, ponchos, filtros de água, redes mosquiteiros, medicamentos e frigoríficos (O Exército na Guerra Subversiva, 1963, pp. Cap. III - Secção I - Pag. 21). Como veremos posteriormente, as unidades de manobra, também se deviam fazer acompanhar de pás, picaretas e facas nas suas operações, de forma a acautelar a proteção, principalmente na deteção de engenhos explosivos. Só mais tarde foram distribuídos detetores eletromagnéticos e em número reduzido (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 115).

Podemos concluir que houve uma preocupação em adaptar os meios e equipamentos ao ambiente operacional, considerando as condições atmosféricas, o terreno, o modo de atuação do inimigo e o tempo de duração das operações. A redução do peso das armas era uma preocupação, fundamentalmente nas operações apeadas, bem como a proteção conferida pelas próprias viaturas nos deslocamentos. As dificuldades iniciais levaram a que, passados apenas dois anos do início da Campanha, se atualizassem os manuais de doutrina, referindo o tipo de equipamento a ser empregue com especial atenção à sobrevivência no campo de batalha em operações de longa duração. Também o apoio sanitário foi acautelado ao nível do combatente, com a distribuição de medicamentos de uso próprio contra as doenças tropicais e mordeduras de animais típicos deste tipo do ambiente selvagem.

No capítulo seguinte, veremos com maior pormenor como eram executadas as tarefas principais inerentes à função de combate Proteção.



### **3. As operações em análise**

#### **a. A defesa antiaérea**

No início da Campanha de Militar, a ameaça aérea era inexistente. Este aspeto implicou que as Unidades de Artilharia Antiaérea (AAA) no continente se concentrassem na preparação de unidades para atuarem como manobra, em detrimento da atuação como Antiaérea. Situação que diminuiu a capacidade operacional das unidades AAA. Por outro lado, a partir da década de 70, começou a ser equacionado o surgimento de ameaça aérea, em especial junto à fronteira Nordeste (Borges, 2007, pp. 36-42).

Desta forma podemos constatar um paradoxo. À medida que o conflito foi decorrendo, a capacidade de AAA foi reduzindo, pelo que quando houve necessidade de projetar unidades AAA com essa missão específica, tal operação foi morosa e de difícil execução.

De facto, foi o que sucedeu em Maio de 1973, após ordenado pelo General Spínola a projeção de uma Bateria AAA para a defesa de Diamangue (Mauricio, 2003, p. 112). Efetivamente a AAA de que dispúnhamos estava assente nos sistemas da década de 40, pelo que os mesmos não faziam face às velocidades das aeronaves a jato, nem ao seu armamento, que já na altura pressupunha-se, seria “standoff”<sup>5</sup> (Borges, 2007, p. 32).

#### **b. A recolha de pessoal**

A instrução específica referente à guerra subversiva, que era ministrada no CIOE, habilitou as nossas tropas com conhecimentos nesta área, e instruiu os quadros que assumiram maiores responsabilidades de comando e de planeamento operacional, nos princípios doutrinários deste tipo de guerra (Bacelar, 2000, p. 129).

Pela análise realizada, as únicas ações que conseguimos associar a esta tipologia de tarefa eram referentes a evacuações sanitárias, resultantes de ações de combate e cuja gravidade dos ferimentos exigiam, por vezes, evacuação aérea.

Em virtude da dispersão territorial das unidades, da fraca rede de comunicações e da escassez de pessoal especializado, a evacuação de indisponíveis revelava-se complexa. Deste modo, recorria-se frequentemente ao meio aéreo na evacuação para os Postos de Socorros das unidades ou diretamente para as enfermarias de sector. Em casos de comprovada necessidade, os indisponíveis eram evacuados para o Hospital Militar de Luanda, podendo inclusivamente, nos casos de prolongada recuperação, serem evacuados para Lisboa (Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 - 1974), 1988, p. 461).

---

<sup>5</sup> Termo militar corrente utilizado para descrever uma distância fora do alcance dos sistemas de fogos diretos e indiretos do inimigo (Exército Português, 2014, pp. 3 - 61).



Na entrevista realizada ao General Alípio Tomé Pinto, o mesmo confirmou este procedimento num impressionante relato pessoal: *“em novembro de 1961, fruto de uma emboscada na região do Quijoão, fui ferido por um projétil, que entrou pelo lado esquerdo da cara e alojou-se no outro lado, junto à carótida. Partiu-me o maxilar...o facto de não existir disponibilidade de helicóptero obrigou a uma viagem de cinco horas de “jipão” para Uíje. No dia seguinte fui transferido para Luanda e posteriormente evacuado para Portugal.”*

As dificuldades de evacuação por escassez de meios no início da Campanha, foi-se esbatendo à medida que o número de helicópteros aumentou. Contudo, as condições por vezes obrigavam a um grande esforço de coordenação, conforme sucedeu na “Operação Golpe de Flanco”, em 7 de janeiro de 1971, onde o Alferes José Esteves, fruto de uma emboscada, foi atingido a tiro no abdómen. A impossibilidade de transporte obrigou ao pedido de evacuação aérea, que só foi possível após a largada por um helicóptero de uma motosserra para abrir uma clareira (Catarino, 2010, p. 29).

Concluimos que a instrução ministrada e o planeamento pormenorizado das operações reduziram o risco de ações de isolamento das forças. Os feridos eram habitualmente evacuados de helicóptero ou de viatura para a unidade do serviço de saúde mais perto, um posto de socorros ou uma enfermaria de setor, onde recebiam os primeiros tratamentos.

### **c. A proteção de informação**

As informações desempenharam um papel decisivo, permitindo conhecer o inimigo e o seu *“modus operandi”*, na medida em que este conseguia com alguma facilidade dissimular-se na população. Também para o inimigo, o acesso a informação sobre as nossas forças, permitia antecipar ações. Ou seja, para ambas as partes, as informações garantiram a surpresa, a qual possibilitava causar maiores danos ao adversário com menores custos (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 234).

As atividades de controlo da informação pública eram utilizadas para evitar a propaganda prejudicial e a fuga de informação importante. Os alvos principais de controlo por parte das forças portuguesas eram a televisão, a rádio, a imprensa e o cinema pois constituíam origens de notícias que o inimigo poderia usar em seu proveito. Era da responsabilidade das autoridades civis, de comum acordo com as autoridades militares ou por proposta destas, planear e executar o controlo da mesma, sendo para tal constituídas comissões de censura. Estas deviam comunicar às entidades competentes a existência de notícias que implicassem investigação. Qualquer informação de carácter militar, fotografias



e notícias deveriam ser submetidas à aprovação superior (O Exército na Guerra Subversiva, 1963, pp. Cap. III - Secção D - Pag. 10).

O controlo dos meios de transmissões era aplicado tanto na vertente militar como na civil, sendo que todo o equipamento devia ser recenseado, incluindo os existentes nos fabricantes, lojas de especialidade ou em posse de particulares. Na iminência ou início de alterações da ordem, poderia mesmo haver necessidade de se apreender esse material, sendo feita a sua recolha, transporte e armazenagem (O Exército na Guerra Subversiva, 1963, pp. Cap III - Secção D - Pag.13).

Já em 1973, se denota uma preocupação acrescida com a segurança das informações, tendo sido reorganizado o Quartel General da Região Militar de Angola, e criado uma Repartição Geral, com uma estrutura que fosse responsável pela segurança de materiais classificados, segurança de material e instalações militares, incluindo a segurança do pessoal e do Quartel General.<sup>6</sup>

A tarefa “Proteção de Informação” refere que se deve contrariar os efeitos dos incidentes na rede, elaborando um plano de proteção de informação. Contudo no período em análise, constatamos que as medidas de proteção de informação, tendo em conta os meios existentes, se limitavam ao controlo dos meios de transmissões civis e militares, por forma a garantir a superioridade de informação relativamente ao inimigo.

#### **d. As medidas para evitar o fratricídio**

Os registos de casos de fratricídio na Guerra do Ultramar em Angola são praticamente inexistentes. Contudo, encontramos alguns relatos respeitantes a operações aéreas, assim como a acidentes pessoais com armas de fogo.

Relativamente a acidentes com aeronaves, as causas apontadas, referenciam a falta de tecnologia dos equipamentos das aeronaves e a inexistência de doutrina aérea específica para este tipo de operações, (associada à inexperiência dos pilotos). Também numa fase inicial, a intensidade das operações, associada à existência de um reduzido número de aeródromos, terão sido a causa do cansaço dos pilotos, potenciando eventualmente acidentes. Um exemplo desta situação de cansaço é explanado pela Esquadra de PV-2<sup>7</sup> (ESQ 91). Esta esquadra efetuou 56 missões operacionais em março e 88 em abril de 1961, com uma média

---

<sup>6</sup> Esta reorganização deveu-se ao facto de se terem unido as 2ª e 3ª repartições, conforme despacho de 04/01/72 de S. Exª o Ministro da Defesa Nacional, passando a trabalhar de forma conjunta (Anexo A-1).

<sup>7</sup> O PV-2 Harpoon, era um bombardeiro médio bimotor que equipou a FAP entre os anos de 1954 – 1975. A sua finalidade era atacar submarinos, mas foi utilizado em África como caça-bombardeiro (**Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001**).



mensal de 60 horas de voo por piloto atribuído (Tenente General António de Jesus Bispo, 2011).

Para solucionar a situação acima descrita, tornou-se fundamental a criação de condições que permitissem as operações aéreas em condições satisfatórias de segurança, nomeadamente as ajudas à navegação e a aproximação aos aeródromos. Fruto das limitações tecnológicas disponíveis, em muitas circunstâncias era tão difícil a aquisição de alvos como a referenciação das forças amigas no terreno. Por estes motivos, rapidamente houve uma preocupação da Força Aérea em estabelecer um plano de comunicações. Praticamente todas as aeronaves foram equipadas com rádios VHF/FM, para contacto com as forças de terrestres. Na última quinzena de março de 1961, chegaram ao aeródromo do Negage, os primeiros quatro aviões T-6G<sup>8</sup> armados, que dispunham desde o início, de equipamento rádio que permitia estabelecer contacto com as forças terrestres, em frequência modulada (Tenente General António de Jesus Bispo, 2011).

As escassas informações disponíveis condicionaram o nosso estudo. Apesar disso, concluímos que as limitações materiais e humanas poderão ter potenciado alguns casos de fratricídio entre os militares portugueses. A nosso ver, esta situação não se ficou a dever à doutrina existente, mas sobretudo foi originada pela utilização de equipamentos com algumas limitações técnicas. Apesar de tudo, as mesmas foram minimizadas, em parte, pela perícia e engenho dos militares portugueses.

#### **e. A segurança de área**

No que respeita à segurança de área, a Proteção incidia principalmente na defesa de pontos sensíveis. O reconhecimento prévio era fundamental para avaliar a sua importância e vulnerabilidades e decidir quais deveriam ser ou não protegidos. Os principais pontos sensíveis a ser defendidos consistiam em povoações, instalações de interesse político, económico e militar, serviços públicos (água, gás, eletricidade, etc...), as transmissões, pontos vitais das vias de comunicações (centrais telefónicas, pontes, etc...), repartições públicas mais importantes e alguns complexos industriais ou agrícolas (refinarias, depósitos de combustível, etc...). De igual importância, também a proteção de itinerários era uma tarefa fundamental e frequente (O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963, pp. 2ª P - Cap. I - Pag. 1).

---

<sup>8</sup>Avião integrado na Força Aérea Portuguesa desde 1952, utilizado para a instrução de pilotos, tendo sido alvo de alterações para ser usado na Guerra do Ultramar em missões de ataque ao solo, apoio a forças terrestres e reconhecimento armado.



No caso específico de defesa de uma pequena povoação, a missão de proteção dessa população não se limitava à sua defesa mas incluía também a tarefa de isolar os elementos insurgentes da população. Segundo o Cor Barão da Cunha, eram efetuadas buscas, reconhecimento e identificação nos Musseques<sup>9</sup>. Estas ações eram efetuadas em conjunto pela Policia Militar, Policia Civil e a Policia Nacional de Defesa do Estado com vista a serem detetados indivíduos ou grupos insurgentes.

A defesa de instalações agrícolas, industriais ou outras afastadas de aglomerados populacionais, constituía um problema cuja dificuldade tinha origem nas deficientes vias de comunicação e impossibilidade de proteger todas estas instalações, associado ao reduzido efetivo disponível nas que fossem efetivamente protegidas (O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963, pp. 2ª P - Cap. I - Secção C - Pag. 18).

Quanto à defesa dos pontos vitais das vias de comunicação, a sua importância era crucial para garantir liberdade de movimentos. Deveria ser tida em conta a natureza diferenciada destas infraestruturas, pelo que a defesa das mesmas assentava na existência de uma força militar nas imediações, a qual assentaria a sua defesa fundamentalmente na criação de postos militares<sup>10</sup> (O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963, pp. 2ª P - Cap. I - Secção C - Pag. 20).

Uma das missões, no âmbito da proteção, que visava garantir a possibilidade de utilização de determinadas vias de comunicação, era a proteção de itinerário. Este tipo de missão poderia ser executado através de uma defesa fixa dos pontos vitais das vias de comunicação, como povoações, cruzamentos importantes, pontes e desfiladeiros, ou vigilância móvel dos troços entres esses pontos, realizada por patrulhas.

A proteção era fisicamente materializada através de colocação de rolos de arame farpado que envolviam tanto quartéis como as habitações das populações na proximidade do quartel. Era ainda materializada pela criação de abrigos dentro dessa área e junto ao arame farpado. Estes abrigos eram simplesmente construídos por troncos de palmeiras e contentores vazios de combustível. Todos estes trabalhos foram efetuados pela mão-de-obra dos militares, dos respetivos quartéis, e pela própria população (Cunha, 2015).

---

<sup>9</sup> Musseque, grafia aportuguesada, que indica as zonas de areias avermelhadas, situadas no planalto de Luanda.

<sup>10</sup> Os postos militares eram instalações militares sumárias, montadas mais ou menos profundamente no interior de regiões de pequena densidade populacional e com uma pobre rede de comunicações, com carácter temporário ou de certa permanência, no qual as guarnições poderiam viver e defender-se de quaisquer ataques e donde poderiam irradiar pequenos destacamentos. De destacar que nestes postos deveria existir sempre uma guarnição de segurança e os mesmos deveriam permitir a obtenção de recursos, em especial de água (O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963, pp. 2ª P - Cap. I - Pag. 21).



Tendo em conta o tipo de pontos a proteger, entendemos que havia prioridade em proteger locais de vital importância, tanto para a população como para as próprias forças, contribuindo também para o desenvolvimento económico. No que diz respeito à proteção de itinerários, esta era de primordial importância, pois a mobilidade requerida no combate contra forças subversivas assim o exigia. Concluímos assim que a doutrina estava bem cimentada, no que à Segurança da Área diz respeito. Houve uma preocupação em cumprir o que doutrinariamente se encontrava nos manuais de referência em vigor. Contudo, a falta de meios e equipamentos levou à improvisação, demonstrando a mesma ser de vital importância para o cumprimento das medidas de segurança previstas.

#### **f. A sobrevivência**

A mobilidade, que era fundamental nas operações de contraguerrilha para se conseguir a surpresa e contrabalançar a mobilidade das guerrilhas, era conseguida por meio de iniciativa, improvisação e agressividade (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 94-97).

Num terreno desfavorável às NT, a mobilidade em tropas apeadas, era conferida pelo armamento e equipamento ligeiro, permitindo penetrar num território inimigo, em deslocamentos táticos e procurar tirar vantagem do fator surpresa. No que aos meios diz respeito, as viaturas permitiram um pouco mais de mobilidade às Companhias (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 356-362).

No que respeita à utilização de itinerários, o General Alípio Tomé Pinto, testemunhou que as NT inicialmente utilizavam os troncos das abatizes realizadas pelo inimigo, para reconstruir as pontes que os mesmos destruíam. Posteriormente, passaram a usar pranchas de madeira, previamente preparadas numa serração e transportadas numa viatura, durante os deslocamentos.

No domínio da compreensão da situação, o Batalhão era o mais baixo escalão com estruturas de informações, embora muito reduzidas e com pessoal pouco preparado. Na realidade, as Forças Armadas portuguesas não dispuseram de verdadeiro e estruturado serviço de informações, com unidades especificamente dedicadas a essa atividade. No terreno, as unidades operacionais procuravam obter o maior número de informações sobre uma realidade que à partida desconheciam, pois o sistema de mobilização e de rotações das unidades não permitia manter a continuidade de ligações e o estabelecimento de confiança indispensáveis à criação e manutenção de redes de informação. Aos vários comandantes era ainda solicitado que obtivessem determinadas informações específicas através do que se



designava por plano ou ordem de pesquisa (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 237, 238).

Quanto ao melhoramento das posições de combate, o quartel-tipo de uma Companhia integrada no dispositivo de quadrícula, dispunha de postos de sentinela, abrigos, trincheiras e espaldões para o armamento pesado (metralhadoras, morteiros e peças de artilharia), quando estavam ali posicionados (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 418, 419).

Relativamente aos trabalhos de construção e abertura de itinerários, em 1961 existiam apenas duas estradas asfaltadas em Angola. A criação de infraestruturas horizontais veio criar um ambiente mais seguro e protegido para toda a região, mais propriamente nos deslocamentos (Cunha, 2015).

Entendemos que alguns aspetos relativos à sobrevivência estavam devidamente definidos, contudo outros exigiam a improvisação por parte das NT. Exemplos desta situação são a utilização de materiais e recursos disponíveis na área para a reconstrução de pontes, e os procedimentos efetuados sem o apoio de unidades especializadas, relativamente à compreensão situacional. Também de referir que apesar das dificuldades encontradas nas diversas áreas da sobrevivência, esta não era descurada, por forma a não comprometer a segurança das NT.

#### **g. A proteção sanitária**

No TO de Angola existiram essencialmente dois modos de evacuação de pessoal: via terrestre ou por via aérea.

Nos primeiros anos o apoio era efetuado essencialmente por via terrestre. Este meio de evacuação fazia com que o transporte fosse demasiado lento para alguns feridos. Quando começaram a ser empregues as primeiras ambulâncias, apesar de significar que o apoio sanitário podia ser prestado no local por equipas sanitárias, o tempo de chegada aumentou, devido à necessidade de escolta às mesmas equipas (Cunha, 2015).

A via aérea era a que mais probabilidades de sobrevivência conferia aos feridos. Contudo, nos primeiros anos, os meios aéreos eram escassos, só tendo sido efetivamente utilizados alguns anos após o início da guerra. Estas missões, inicialmente eram efetuadas através de aeronaves de asa fixa. Com a chegada dos primeiros helicópteros, face às capacidades de aterragem e descolagem, a capacidade de evacuação aérea foi substancialmente melhorada (Cunha, 2015).



O apoio sanitário foi vital para a redução de baixas, quer das forças portuguesas quer da população. Apesar disso, inicialmente não existiam meios de análise ao sangue, mosquiteiros, nem filtros de água, o que gerou muitas doenças e algumas mortes. Nos primeiros anos os militares recebiam tratamento em hospitais civis. Com a criação e construção de hospitais militares, que se distinguiram pela excelência, os doentes e feridos passaram a ser assistidos nos mesmos (Cunha, 2015).

Conclui-se assim que, no início da campanha, o tempo de evacuação encontrava-se limitado pelos meios disponíveis. Apesar de tudo, assim que os meios aéreos se encontraram disponíveis, os mesmos desde logo começaram a sere utilizados para missões de evacuação de feridos.

#### **h. A prevenção de acidentes**

No que diz respeito à prevenção de acidentes, os três tipos de acidentes que consideramos de maior relevância analisar são os acidentes de viação, acidentes com armas de fogo e incêndios florestais.

Muito devido às grandes dimensões do TO, as viaturas foram um meio privilegiado de deslocamento, principalmente no início do conflito quando o apoio aéreo era inexistente. De facto, ao analisarmos o quantitativo de baixas no TO (Tabela n.º 2), podemos constatar que foram a principal causa de perdas não devidas a combate, seguidas dos acidentes com armas de fogo.

O elevado número de acidentes mortais com armas de fogo e o devastador efeito psicológico provocado nas forças, constituíam uma das principais preocupações dos Comandantes. Confirmamos esta preocupação pelo testemunho do nosso Coronel Barão da Cunha, que neste particular assumiu um especial cuidado preventivo na aplicação de medidas e regras de segurança, sendo que em caso de infração comprovada se mostrava implacável na aplicação da sua máxima competência disciplinar (Cunha, 2015).

Daquilo que foi a nossa análise, podemos constatar que embora existissem um conjunto de procedimentos que visavam reduzir o risco de acidentes com armas de fogo, também o comandante tinha um papel fundamental no cumprimento das regras de segurança bem como no poder discricionário nas medidas de correção a aplicar. O cansaço, a rotina, o clima e, o inimigo, eram fatores influenciadores, com intensidades e formas variáveis consoante a situação, não se conseguindo apurar com objetividade a causa dos vários acidentes e incidentes no TO de Angola. Todavia, de acordo com o (Tabela n.º 2) e em conjugação com as entrevistas realizadas podemos deduzir que, de uma forma geral, as



perdas devidas a acidentes de viação, bem como devidas a acidentes com armas de fogo, têm um peso significativo nas perdas totais, sendo as duas causas no seu total superiores às perdas devidas a combate.

A prevenção de incêndios era fundamental, pois um dos principais obstáculos do campo de batalha era o capim. Várias vezes as tropas Portuguesas tiveram que atravessar terrenos cobertos de capim, que chegavam a atingir os três metros de altura. As trovoadas provocavam incêndios e originavam queimadas com frentes incontornáveis de quilómetros. Na Operação “ENERGA”<sup>11</sup>, em Julho de 1970, as Tropas Portuguesas tiveram que atravessar a enorme planície da Cameia, em que tiveram que navegar com o auxílio da bússola, com uma coluna de 65 viaturas e transportar um enorme volume de combustíveis e víveres. Durante o trajeto foram-se deparando com várias queimadas em que o pessoal necessário apeava das viaturas e com o auxílio do fardamento (dólmén) apagavam a linha de queimada, permitindo a travessia da mesma. Como medida preventiva de proteção da força, era dada a indicação à viatura testa para proceder à inversão de marcha se o avanço da linha de queimada assim o exigisse. Também era tomada como medida preventiva, na época seca, a rotina da queima do capim, utilizando meios aéreos para o lançamento de granadas de fumo ou incendiárias. (Nunes, 2013, pp. 163, 195)

De acordo com as entrevistas realizadas, a par da revisão bibliográfica efetuada, estes procedimentos para prevenir os incêndios e controlar a vegetação, foram um fator de segurança acrescido para os nossos militares, pese embora a complexidade e os riscos associados a estas atividades.

Com esta análise concluímos que as possíveis causas que originaram um elevado número de acidentes de viação poderão estar relacionadas com o facto de as viaturas terem sido o meio privilegiado de deslocamento no TO, o estado de degradação das mesmas, e a inexistência de itinerários ou o seu mau estado.

No que diz respeito aos acidentes com armas de fogo, concluímos que os mesmos estariam ligados a uma supervisão insuficiente das operações de segurança, resultando em acidentes desnecessários.

---

<sup>11</sup>Operação levada a cabo pelo Agrupamento SIROCO, com início em 27 de Julho de 1970. Esta operação visava a conquista de objetivos em áreas separadas, pelo que foi decidido que, por motivos de tempo, pessoal, meios e logística, a Zona de Ação fosse alargada de modo a conceber uma manobrar unitária. Isto levou a que a mesma fosse executada em três fases distintas (Nunes, 2013, pp. 292, 293).



Por fim, conforme a Tabela n.º 1, depreendemos que o elevado número de acidentes registados, principalmente no final da Campanha, poderão estar associados ao aumento do efetivo de forças nesse período.

#### **i. A segurança das operações**

A doutrina de referência no início das operações era o Regulamento de Campanha – Informações, de Junho de 1954, definia a contrainformação como: “...*salvaguardar as notícias, o pessoal, material e instalações, contra a espionagem, sabotagem ou atividades subversivas de nações estrangeiras e de grupos ou indivíduos desafetos ou dissidentes que constituam uma ameaça para a segurança nacional*” (Estado-Maior do Exército, 1954, p. 147). No Regulamento de Campanha – Informações (Informação e Contrainformação) – Setembro 1966, a contrainformação tinha como finalidade: “...*salvaguardar as nossas atividades, possibilidades e intenções, o pessoal, o material e as instalações, contra as atividades de informação, subversão e sabotagem desenvolvidas pelo inimigo*” (Estado-Maior do Exército, 1966, p. 6).

Comparativamente com o Regulamento de 1954, no de 1966 constatamos as seguintes diferenças na segurança das informações:

1. Um aprofundamento da tipologia de medidas de contrainformação ao nível das medidas passivas e das medidas ativas;
2. Um alargamento doutrinário relativo ao espectro dos órgãos de pesquisa, onde o soldado constitui o órgão básico de contrainformação englobando ainda todas as unidades como órgãos de pesquisa;
3. A evolução tecnológica dos materiais e equipamentos possibilitou a implementação de medidas de segurança militar em termos de segurança das informações, das matérias classificadas, das transmissões, das operações, do pessoal e do material e instalações.

No que respeita à contrainformação, previa-se a destruição do sistema de informações do inimigo, para o impedir de obter informações sobre o valor, dispositivo e intenções das forças portuguesas e conseqüentemente, negar a realização de ataques surpresa permitindo a superioridade do poder de combate das nossas forças. Assim, o manual “O Exército na Guerra Subversiva”, de 1963, determinava que a contrainformação era da responsabilidade dos comandantes de todas as unidades, recebendo apoio dos destacamentos dos serviços de contrainformação que atuavam na sua área. As atividades de pesquisa de informações



deviam ser estritamente coordenadas com as medidas de contrainformação. Este pessoal especializado estabelecia medidas permanentes de verificação da identidade da população civil da área para impedir a presença de agentes inimigos no seu meio. Utilizando processos clandestinos, difundia falsos rumores e falsas informações sobre os efetivos, localização, operações, instrução e equipamento das forças regulares. Em determinadas ocasiões deturpar-se-iam os factos intencionalmente para menosprezar ou exagerar as possibilidades das forças regulares. A evolução tecnológica dos materiais e equipamentos possibilitou a implementação de medidas de segurança das informações, das matérias classificadas, das transmissões, das operações, do pessoal e do material e instalações.

Como tal tornou-se essencial adotar medidas ativas para entrar nas organizações de informação e contrainformação inimiga, com a finalidade de determinar as suas intenções, métodos de operação e identificação do pessoal de informações inimigo e dos habitantes locais que podiam ser empregues como agentes. Estas medidas incluíam a penetração nas organizações de informações inimigas por pessoal selecionado e civis de confiança, através do emprego de denunciante e utilização de agentes duplos (Estado Maior do Exército, 1961, p. 50).

Consciente destas dificuldades, materializamos o exemplo testemunhado pelo Coronel Barão da Cunha, que neste particular e com vista a minimizar o risco de fugas de informação, através de guias e informadores, dedicava especial atenção à difusão do planeamento das Operações a realizar, em que o objetivo e local apenas eram difundidos aos graduados (Cunha, 2015).

Conclui-se assim que, apesar de existir doutrina, os procedimentos da Segurança das Operações foram evoluindo com o desenrolar da guerra. O facto do inimigo se dissimular na população levou a adotar medidas de segurança junto das próprias populações.

#### **j. A inativação de engenhos explosivos**

As minas foram uma das armas mais temidas que as NT enfrentaram. Utilizadas de forma isolada, ou conjugadas com emboscadas, as minas limitaram fortemente a mobilidade das forças portuguesas em ações táticas e logísticas, quer estas se deslocassem em viatura ou a pé. Foram responsáveis por atrasos nos reabastecimentos, por destruições em viaturas e, acima de tudo, por uma elevada percentagem de baixas (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 312).

Como medida de proteção, as forças portuguesas utilizaram ao longo da guerra, todos os meios conhecidos de deteção de minas e engenhos explosivos, destacando-se: a picagem,



cuja morosidade apenas permitia o seu emprego em área limitada; os pesquisadores, meio mais eficaz mas igualmente demorado; os rebenta-minas, abundantemente utilizados nas colunas motorizadas, permitindo velocidades de progressão consideradas razoáveis (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, pp. 313-315).

Os “rebenta minas”<sup>12</sup> foram estudados com muito pormenor, especialmente em Angola, acabando quase sempre por se reduzir a uma viatura “Berliet”, que seguia na frente da coluna, com sacos de areia que conferiam proteção ao condutor, único ocupante (Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001, p. 319).

Em 1968 eram colocadas não só nas matas e campos por onde as NT realizavam as suas operações, como também nos itinerários por onde se deslocavam as colunas táticas e administrativas. As minas eram estrategicamente colocadas, de forma a maximizar o seu efeito sem serem detetadas. Muitas vezes eram utilizados pneus para simular o rasto de uma viatura, dando a ilusão de que se tratava de um trilho seguro. Também eram frequentemente usadas bombas lançadas de aeronaves que não explodiam, sendo aproveitadas para utilizar como minas. Quando era detetado algum objeto suspeito, a coluna parava e era solicitado o especialista em minas e armadilhas que procedia à sua identificação e posterior remoção (Raúl, 2011).

Muitas vezes, antes de ser solicitado a presença de especialistas em minas e armadilhas, eram os próprios militares, que com as suas pás e picaretas faziam a deteção até onde os braços alcançassem (Cunha, 2015).

Concluimos desta forma que os procedimentos de segurança eram aplicados de acordo com as referências doutrinárias, sendo que na frente da coluna se deslocava uma viatura protegida com sacos de areia acamados no leito da caixa e da cabine, por forma a absorver o rebentamento dos engenhos explosivos.

---

<sup>12</sup> Viatura testa carregada de sacos de areia de modo a absorver o efeito da eventual explosão.



## **Conclusões**

As conclusões pretendem responder às questões identificadas na introdução do presente trabalho, sendo as mesmas fundamentadas através da análise de toda a informação recolhida nas diversas fontes.

De seguida iremos verificar as Hipóteses e responder às Questões Derivadas por nós levantadas, verificando a sua confirmação total, parcial ou a não confirmação. Este procedimento foi efetuado através de investigação efetuada em várias fontes e meios bibliográficos.

QD 1 – Qual a evolução doutrinária militar portuguesa, entre 1961 e 1974 no âmbito da Proteção?

Pretende-se com esta QD entender que tipo de alterações foram efetuadas na doutrina, e quais as razões para tais alterações.

Na sequência desta QD surge a H1 – Na doutrina da guerra subversiva, a Proteção não era definida como uma função de combate tal como hoje conhecemos, nem se encontrava isolada de outras áreas funcionais. O conceito de proteção foi-se desenvolvendo com o decorrer da guerra, adaptando os ensinamentos das lições aprendidas (no que se relacionava com os movimentos subversivos) de países europeus em conflito nas suas colónias, às operações e experiências no Teatro Operacional em análise.

Após a confirmação da H1, acrescentamos que ao nível da Proteção a evolução doutrinária se refletiu na prevenção e adoção de medidas de segurança que prepararam as NT para um novo tipo de inimigo, terreno e condições meteorológicas, bem como na elaboração e atualização de manuais doutrinários.

QD 2 – Quais as características, a tipologia de forças e meios projetados para o TO de Angola que refletiam a função de combate Proteção?

Pretende-se com esta QD entender se os meios projetados para o TO de Angola eram suficientes para garantir uma adequada proteção.

Desta forma foi identificada a H2 – As características, tipologia de forças e meios projetados para o TO de Angola foram insuficientes e em alguns casos pouco adequados para uma proteção da força.

Concluimos que inicialmente os meios projetados se revelaram insuficientes e em alguns casos obsoletos, levando à improvisação de ações no âmbito da Proteção. Verificámos que com o decorrer da Campanha, alguns meios foram adaptados e outros com características específicas foram adquiridos (apesar de em número insuficiente).



Relativamente à tipologia de forças, concluímos que a necessidade de atuar em pequenas unidades, implicava que ao nível de todas as armas e serviços, as mesmas dispusessem de meios necessários e adotassem medidas permanentes de segurança, evitando desta forma o emprego de outras unidades de apoio.

QD 3 – Quais os efeitos da Proteção, ou sua ausência, nos principais momentos e operações da Campanha?

Pretende-se com esta QD verificar se as medidas de Proteção aplicadas foram suficientes para garantir a proteção das NT, ou se tiveram influência no cumprimento da missão.

Para dar resposta a esta questão identificámos a H3 – Uma deficiente, ou inexistente, aplicação das medidas de proteção originou situações de perigo nas operações.

Verificámos que a ausência de meios originou limitações ao nível da Proteção. Contudo, não nos foi possível concluir que a ausência de Proteção teve influência no cumprimento da missão.

QD 4 – Como se refletiu a função de combate Proteção no decorrer da Campanha?

Pretende-se com esta QD verificar as ações tomadas no âmbito da Proteção e de que forma foram executadas ao longo da Campanha Militar.

Para isso identificámos a H4 – Apesar de deficiente ou insuficiente, foram incrementadas medidas de Proteção ao longo do período da Campanha Militar, principalmente nos últimos anos.

Em 1961, não existia doutrinariamente a função de combate Proteção, sendo que pela análise realizada aos manuais doutrinários da época, consideramos que se limitava essencialmente a um conjunto de medidas de proteção dispersas pelos vários manuais existentes.

Na prática, verificámos que se traduziram essencialmente em ações de defesa de pontos sensíveis e proteção de itinerários. No que respeita à proteção sanitária, insidiam principalmente na profilaxia de doenças tropicais e coordenação dos meios aéreos com as forças terrestres para a evacuação dos feridos. Também se refletiu na inativação de engenhos explosivos uma vez que o inimigo recorria com bastante frequência ao emprego destes meios.

No que respeita à instrução, verificou-se que os militares com experiência na Campanha Militar em Angola, ministraram formação aos novos contingentes, tendo por base as suas experiências, atualizando as táticas, técnicas e procedimentos.



Na elaboração do nosso trabalho, pretendemos desenvolver o esforço da investigação na recolha e análise de informação que nos permitisse responder à QC “Que consequências teve a função de combate proteção na Campanha Militar no TO de Angola (1961 – 1974)?”.

Desta forma, identificámos que a função de combate Proteção desempenhou um papel fundamental na criação, desenvolvimento e evolução de meios e doutrina militar.

Contribuiu para a modernização de meios, através da produção de armamento e viaturas, criadas especificamente para conferir proteção às NT num ambiente atípico.

Também no que se refere à doutrina existente, a mesma foi sofrendo alterações, principalmente no início da Campanha, como resultado das novas situações com que as NT se confrontavam. Foram publicados diversos manuais, regulamentos e publicações de âmbito técnico, sendo de destacar o manual “O Exército na Guerra Subversiva” a partir de 1963, continuando a ser atualmente uma referência como elemento de estudo no Exército Português.

No âmbito da instrução, foram criados novos cursos, com o objetivo de habilitar os militares que integravam os novos contingentes, com procedimentos de medidas de proteção adaptadas ao TO de Angola. São exemplos, o curso de Minas e Armadilhas e o Curso de Comandos ministrado em Angola a partir de 1972. A instrução foi também complementada pela experiência de militares que regressavam das primeiras Comissões no TO e que foram encaminhados para Centros de Instrução, para auxílio na formação de novos contingentes.

Por fim, podemos concluir que os treze anos de conflito conferiram um conhecimento enriquecido pela experiência, que contribuíram para a evolução doutrinária da função de combate Proteção, cujas tarefas principais facilmente identificamos nas ações realizadas pelas NT no TO em Angola.



## **Bibliografia**

- Aniceto Afonso, Carlos de Matos Gomes, 2001. *Guerra Colonial*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Bacelar, M. G. S. A. M. L., 2000. *A Guerra em África 1961 - 1974, Estratégias Adoptadas pelas Forças Armadas*. Porto: Novalello.
- Borges, J. V., 2007. *Armamento do Exército Português*. s.l.:Prefácio.
- Cann, J. P., 1978. *Contra - Insurreição em África*. Estoril: Edições Atena, Lda.
- Catarino, M., 2010. *As Grandes Operações da Guerra Colonial (1961-1964) - Volume IV*. s.l.:Presselivre, Imprensa Livre SA.
- Catarino, M., 2010. *As Grandes Operações da Guerra Colonial 1961-1974*. s.l.:Presselivre, Imprensa Livre SA.
- Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 - 1974), 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961 - 1974)*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Cunha, B. d., 2015. *A função de combate proteção na Campanha Militar no Teatro de Operações em Angola entre* [Entrevista] (26 Fevereiro 2015).
- Estado Maior do Exército, 1961. *Guia para o emprego tático das pequenas unidades na contra-guerrilha, I Parte*. Lisboa: Estado Maior do Exército.
- Estado Maior do Exército, 1988. *Resenha Histórico-Militar das Campanhas de África (1961-1975)*. 2ª edição ed. Lisboa: s.n.
- Estado-Maior do Exército, 1954. *Regulamento de Campanha - Informações*. Lisboa : EME.
- Estado-Maior do Exército, 1966. *Regulamento de Campanha - Informações (Informação e Contra-Informação)*. Lisboa: EME.
- Exército Português, 2012. *PDE 03 - 00*. Lisboa: Exército Português.
- Exército Português, 2014. *PDE 3-01-00 - Tática das Operações de Combate - Vol I*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.
- Mascarenhas, T.-G. A., 2011. A Engenharia Portuguesa - Evolução e ação no 3.º Quartel do Século XX - Áreas a Investigar. *Jornal do Exército*, p. 23.
- Mauricio, A. H., 2003. *Boletim de Artilharia Antiaérea*. s.l.:s.n.
- Nunes, A. P., 2013. *SIROCO - Os Comandos no Leste de Angola*. Lisboa: Associação de Comandos.



O Exército na Guerra Subversiva, Volume II, 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: s.n.

O Exército na Guerra Subversiva, V. I., 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: s.n.

O Exército na Guerra Subversiva, V. V., 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: s.n.

O. E. n. G. S. V. I., 1963. *O Exército na Guerra Subversiva*. Lisboa: s.n.

Pinto, A. T., 2015. *General* [Entrevista] (13 Maio 2015).

Português, E., 2012. *PDE 3-00 Operações*. Lisboa: s.n.

Raúl, 2011. *mazungue.com*. [Online].

Tenente General António de Jesus Bispo, 2011. *Revista Militar*. s.l.:s.n.



Anexo A - Nota n.º 2475/ORG "Reorganização do QO do QG/RMA – Repartição Geral

<b>CONFIDENCIAL</b>	
 <b>EXÉRCITO PORTUGUES</b> <b>REGIÃO MILITAR DE ANGOLA</b>	Exemplo nº <i>Jif</i> <b>NOTA n.º</b> 2475 /ORG <b>P.º</b> 310.0 — <b>Data</b> : 10/9/73
<b>DE:</b> GENERAL COMANDANTE (VER DISTRIBUIÇÃO)	ESTADO MAIOR DO EXÉRCITO DE ANGOLA QUARTEL GERAL 11829/3237 Process. n.º 1.103.15 Data 18 SET 73
<b>PARA:</b> (VER DISTRIBUIÇÃO)	
<b>INFO:</b> (VER DISTRIBUIÇÃO)	
<b>Assunto:</b> REORGANIZAÇÃO DO QO DO QG/RMA - REPARTIÇÃO GERAL	
<b>Ref.:</b> a. N/Nota nº 1162/ORG, de 23JUL71 b. Nota nº 77/ORG/73, de 13JAN73, de 22 MAR/73	
<p>1. Com a nota em referência foi apresentada ao EME, no âmbito do DL nº 49.187 de 8JUL69, a necessidade de reorganização do QO do QG/RMA, por forma a ser estruturada uma Repartição que enquadrasse os serviços, da responsabilidade da Região Militar e que anteriormente pertenciam às 2ª, 3ª e 5ª Repartições.</p> <p>2. Posteriormente teve este Comando conhecimento, pela nota em referência b., de que no desenvolvimento da execução do DL 49.187, foram, por despacho de 8/1/72 de S.Exª o Ministro da Defesa Nacional, fixados condicionamentos relativamente ao QO do QG/CCFAA, entre os quais se destaca que a RMA passará a dispor de uma 2ª/3ª Repartição conjunta.</p> <p>3. O relevante incremento que se vem verificando na instrução na RMA, vem consequentemente repercutir-se no volume de trabalho que ocorre à Secção de Instrução do QG, aspecto aliás considerado no reforço das estruturas de instrução, recentemente aprovado por despacho ministerial de 01/8/73, que inclui 2 oficiais e 2 praças para esta Secção.</p> <p>4. Não só no âmbito da instrução mas também no da organização e segurança militar, se vem salientando a necessidade de um órgão coordenador no QG da Região que centralize, ao nível de Repartição, todos esses assuntos que não se enquadram, portanto, no âmbito da 1ª ou da 4ª Repartições.</p> <p>Julga-se, pois, da maior oportunidade a estruturação desta Repartição, a qual se entendeu designar por Repartição Geral, considerados os assuntos distintos que ficarão à sua responsabilidade e uma vez que as designações de 2ª e 3ª Repartição se identificam, genericamente, com as Informações e Operações que são inteiramente trabalhadas no QG/CCFAA.</p>	
<b>CONFIDENCIAL</b>	



5. Considerado o volume de trabalho que impondrá sobre a referida repartição: foi revista a proposta enviada em JUL71 e elaborado o novo projecto para a sua constituição que se junta em anexo. Tal proposta que resulta do aproveitamento do pessoal existente, incluindo o reforço últimamente autorizado e, ainda, de 2 elementos, ligados aos assuntos de segurança militar, a dispensar pelo CCPAA, representa, assim a necessidade de reforçar o QG/RMA com 5 oficiais, 3 sargentos e 2 praças, devendo os oficiais e um sargento ser nomeados pela Metrópole e os restantes a nomear do recrutamento local.
6. Solicita-se, com acentuado penhor e os melhores agradecimentos, a consideração do assunto exposto, dada a necessidade evidente da reorganização da referida Repartição no Quartel General desta Região Militar.

O COMANDANTE DA REGIÃO

FRANCISCO RAFAEL ALVES  
GENERAL

ANEXO:

- PROJECTO DE ORGANIZAÇÃO DA REPARTIÇÃO GERAL DO QG/RMA

DISTRIBUIÇÃO:

PARA - VICE-CHEFE DO ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO (3ª Rep/EME)

INFORMAR - AJUDANTE GENERAL DO EXÉRCITO (1ª Rep/EME)

- CHEFE DA REP GAB DO CHEFE DO EME
- COMANDANTE-CHEFE DAS FA DE ANGOLA (2ª Rep)
- COMANDANTE-CHEFE DAS FA DE ANGOLA (3ª Rep)
- CHEFE DA 1ª REP/QG/RMA
- CHEFE DA 4ª REP/QG/RMA



~~CONFIDENCIAL~~

1/1

R M A

Quartel General

Repartição Geral

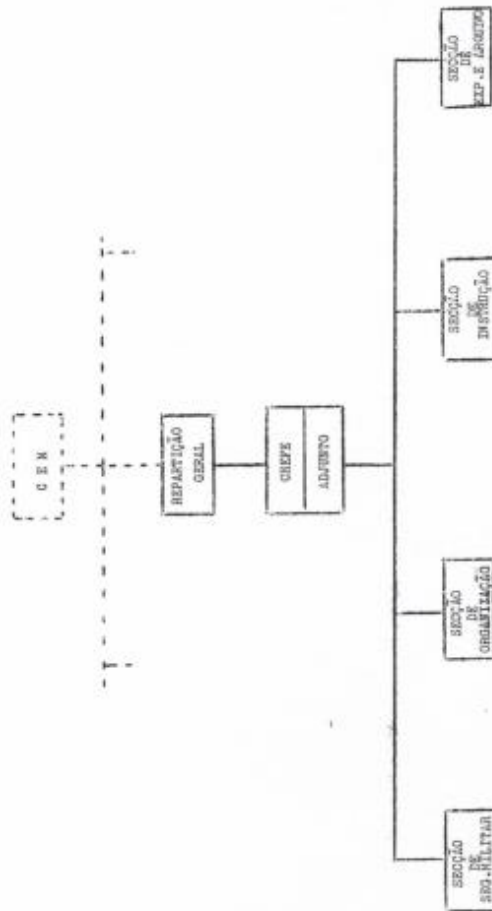
(Projecto)

1. Capa
2. Organigrama
3. QO (pessoal)
4. Memória descritiva
5. Forma de preenchimento

CONFIDENCIAL



2. ORGANIGRAMA





		QG/RMA				3/1		
		REPARTIÇÃO GERAL						
		(Projecto)						
DESIGNAÇÕES		PESSOAL						
		ARMA OU SERVIÇO	ESPECIALIDADES	OFICIAIS	SUBOFICIOS	PRAÇAS		
						1º	2º	3º
		1º SARGOS	SOLDADOS	1º SARGOS	2º SARGOS	3º SARGOS	SUBOFICIOS	
1. Chefe (Ten Cor)		CEM	CCEM	1				
2. Adjunto	(1)							
3. Secção de Segurança Militar								
Chefe (Maj/Cap)	(2)	Inf Art Cav	Of Inf Art Cav	1				
Adjunto (Sub)		Pessoal	Secretariado	1				
Auxiliares (1º Sarg)		QQ	QQ		1			
4. Secção de Organização								
Chefe (Major)	(3)	Inf Art Cav	Of Inf Art Cav	1				
Adjunto (Cap)		Inf Art Cav	Of Inf Art Cav	1				
Adjunto (Sub)		QSGE-Pessoal	SGE-Secretar	1				
5. Secção de Instrução								
Chefe (Major)		Inf Art Cav	Of Inf Art Cav	1				
Adjuntos (Cap)		Inf Art Cav	Of Inf Art Cav	3				
Adjuntos (Sub)	(4)	Pessoal	Secretariado	2				
Auxiliar (2º Sarg/Fur)	(5)	Inf Art Cav	A.Psicológica		1			
6. Secção de Expediente e Arquivo								
Chefe (Sarg Ajudante)		QSSGE	Amanuense		1			
Arquivistas	(6)	QQ	QQ		3			
Amanuenses		Pessoal	Amanuense		4			
Desenhador		Engenharia	Desenhador		1	1		
Escriturário		Pessoal	Escriturário		2			
Ordenanças		QQ	QQ					2
	SOMA			12	11	3		2

(1) - É o chefe de Secção mais antigo  
 (2) - É o oficial de segurança do QG/  
 /RMA.  
 (3) - É o oficial de protocolo.  
 (4) - Um com estágio de A.PSIC.  
 (5) - Com estágio de A.PSIC.  
 (6) - 2 devem ser 1º Sargentos.



4. MEMÓRIA DESCRITIVA

a. Generalidades

- 1) Em conformidade com o estabelecido no DL 49107 e respectivas instruções para a sua execução, é previsto, no QG/RMA, uma Repartição que trabalhe os assuntos, do âmbito da Região Militar, relativos às 2ª e 3ª Repartições.

Na verdade, com a passagem da 2ª, 3ª e 5ª Repartições para o QG/CCFAA, logo se tornou saliente a necessidade de reconstituir, no QG/RMA uma Repartição que centralize, a este nível, as actividades da responsabilidade da Região que não se enquadrem no âmbito da 1ª e 4ª Repartições e que são fundamentalmente:

- Segurança Militar
- Organização
- Instrução

- 2) Dado que as designações de 2ª e 3ª Repartições estão genericamente identificadas com as Informações e Operações que são inteiramente trabalhadas no QG/CCFAA, entendeu-se designar a Repartição, a reestruturar, por REPARTIÇÃO GERAL, considerando os assuntos distintos que ficarão à sua responsabilidade. Foi, portanto sob essa orientação, elaborada a proposta de QO para a Repartição Geral a integrar no QG/RMA que se submete à aprovação superior.

b. Justificação

A Repartição Geral do QG/RMA deverá ter a estrutura indispensável para que:

- 1) No âmbito da Segurança Militar possa accionar todos os assuntos de segurança, particularmente na verificação e re-verificação de segurança pessoal, controle de suspeitos, ausentes e desertores, segurança de materiais classificados e segurança do material e instalações militares, incluindo a segurança do Quartel General.

Interessa reforçar que actualmente na Secção de c/ Informação da 2ª Rep/QG/CCFAA existem mais de 3.000 fichas de suspeitos, ausentes e desertores que é necessário controlar e actualizar.

O volume de efectivos e de infraestruturas da RMA, justificam, pois, um órgão de segurança militar que accione todos os problemas inerentes. Para tal julga-se indispensável um major ou



## **Apêndice A – Enquadramento doutrinário da função de Combate Proteção**

### **Proteção**

A função de combate Proteção (Exército Português, 2012, pp. 2-36) engloba as tarefas e sistemas que preservam a força para se dispor do máximo potencial de combate. A função de combate proteção tem ainda por finalidade constituir-se como um facilitador da manutenção da integridade da força e do seu potencial de combate através:

- Da determinação do grau máximo admitido de disrupção causado pelas ameaças;
- Da forma de mitigação ou combate a essas mesmas ameaças. Preservar a força inclui proteger o pessoal (combatentes e não combatentes), meios e informação.

A proteção é uma atividade contínua que integra as capacidades da força para proteger bases, garantir segurança em itinerários e proteger forças, e inclui as seguintes tarefas:

- Defesa antiaérea;
- Recolha de pessoal;
- Proteção de informação;
- Medidas para evitar o fratricídio;
- Segurança de área;
- Antiterrorismo;
- Sobrevivência;
- Proteção sanitária;
- Medicina preventiva;
- Serviços veterinários;
- Controlo de stress;
- Serviços de laboratório;
- Operações de defesa NBQR;
- Prevenção de acidentes;
- Segurança das operações;
- Inativação de engenhos explosivos (EOD - Explosive Ordnance Disposal).



De seguida, apresentam-se as considerações de planeamento das tarefas da função de combate Proteção (Exército Português, 2014, pp. 2-55 a 3-66):

**(a) Defesa antiaérea**

A liberdade de movimentos e a proteção contra ataques aéreos são tão essenciais para as operações defensivas como para as ofensivas.

A força deve concentrar-se nas medidas passivas de defesa aérea. Quando atacada por meios aéreos inimigos, seja em Zona de Reunião (ZRn) ou em movimento, a unidade deve dispersar e reagir pelo fogo de acordo com a situação.

As medidas ativas devem fazer face aos meios aéreos inimigos, tripulados e não-tripulados, e às instalações e órgãos que apoiam as operações aéreas inimigas, como aeródromos, sistemas de comunicações ou órgãos logísticos. Estas instalações e órgãos são normalmente batidos por meios das funções de combate movimento e manobra, fogos e comando-missão.

O defensor utiliza também medidas de defesa aérea passivas para a proteção da força. A defesa aérea passiva engloba as medidas, que não ativas, adotadas para minimizar os efeitos de ameaças aéreas e de mísseis hostis contra forças e meios amigos. As medidas de defesa passiva são de dois tipos: medidas para evitar o ataque e de limitação de danos. Ambas incluem a utilização de camuflagem e decepção.

**(b) Recolha de pessoal**

Todos os elementos de uma força devem estar treinados para reagir a situação de isolamento durante as operações. Este treino deve contemplar as técnicas de sobrevivência, evasão, resistência e fuga.

Durante a execução, a recolha de pessoal assenta nas tarefas de relatar, localizar, apoiar, recolher e reintegrar. Uma resposta rápida a incidentes de isolamento é essencial por quatro razões: os isolados têm menos probabilidade de mudarem de localização, reduzindo a área de busca; o rápido apoio sanitário reduz a probabilidade de baixas; menor probabilidade de uma resposta coordenada por parte do inimigo e a redução do efeito negativo das condições do ambiente, como o frio ou calor excessivos.

**(c) Proteção de informação e Segurança das operações**

As atividades de proteção da informação negam ao inimigo o acesso a sistemas de informação e impedem a intrusão, degradação ou destruição da rede através de táticas, técnicas e procedimentos de defesa da rede informática. Capacidades de proteção eletrónica



impedem um inimigo que ataca de usar o espectro eletromagnético para degradar ou neutralizar as capacidades de combate das nossas forças.

**(d) Medidas para evitar o fratricídio**

Os brífingues de confirmação e os treinos são as ferramentas primárias para identificar e reduzir o risco de fratricídio durante a fase de preparação para as operações ofensivas.

O defensor inclui a prevenção de fratricídio nos planos de defesa da unidade. Os esquemas defensivos móveis são caracterizados por um alto grau de movimento e manobra, por isso, o defensor procura evitar incidentes de fratricídio de forma semelhante ao que se faz nas operações ofensivas, ou seja, através de navegação terrestre precisa e relatórios da posição ocupada, medidas de identificação de unidades, entre outras medidas de coordenação.

**(e) Segurança de área e Antiterrorismo**

A segurança de área e as atividades de antiterrorismo são trabalhadas na fase de planeamento pela função de combate proteção em coordenação direta com as funções movimento e manobra e informações. O foco das atividades centra-se, nas situações ofensivas, na área onde decorrem maioritariamente as operações de sustentação e estão localizados os órgãos de comando e controlo. No âmbito da segurança de área e antiterrorismo, as subunidades estabelecem segurança local nas suas áreas de responsabilidade.

**(f) Sobrevivência**

Uma força deve ponderar o impacto da construção de posições com proteção para os sistemas de fogos indiretos, de apoio de serviços, ou outros, durante a fase de planeamento.

À parte dos trabalhos de sobrevivência para a construção de posições protegidas, o uso dos cobertos e abrigos do terreno e da camuflagem devem ser permanentes.

Apesar de a sobrevivência ser sobretudo uma tarefa de engenharia, todas as unidades têm a responsabilidade de contribuir para melhorar os seus quatro domínios para mitigar as perdas devido à ação do inimigo e impacto do ambiente: mobilidade; compreensão da situação; melhoramento das posições de combate; camuflagem, dissimulação e decesso.

As unidades aumentam a sua sobrevivência através da dissimulação, decesso, dispersão e fortificação do terreno.

**(g) Proteção sanitária**

O plano de apoio sanitário deve ser refinado durante todas as fases do processo operacional durante as operações ofensivas. O responsável médico de uma unidade trabalha



em coordenação com a função de combate proteção para a supervisão da implementação das medidas de proteção sanitária. A Área de Operações (AOp) da unidade deve ser permanentemente monitorizada em relação à existência de focos de doenças e as medidas de profilaxia e de imunização devem ser executadas. O pessoal médico deve também fornecer apoio técnico para evitar exposição excessiva a Operações Ofensivas perigos ambientais como resíduos tóxicos ou condições climáticas extremas.

As operações defensivas podem resultar numa prolongada ocupação de posições estáticas e a correspondente exposição de pessoal e material aos efeitos meteorológicos e ambientais que podem rapidamente degradar o grau de prontidão. Os comandantes devem implementar hábitos de disciplina ambiental tal como a hidratação, o uso de roupa de proteção e a manutenção do material.

#### **(h) Operações de defesa NBQR**

A defesa NBQR consiste em medidas passivas e ativas. As ativas visam parar um ataque, enquanto as passivas minimizam as vulnerabilidades aos efeitos desses ataques. No entanto, implementar muitas das medidas passivas pode reduzir o ímpeto das operações ofensivas, degradar o potencial de combate e aumentar a necessidade de apoio de serviços, pelo que a sua ameaça deve ser muito bem avaliada.

O defensor conduz normalmente a sua ação a partir de posições fixas e por isso vê aumentada a sua vulnerabilidade a ameaças e perigos NBQR. O comandante deve especificar o grau de risco aceitável e estabelecer prioridades para os meios NBQR. As forças e instalações são posicionadas para evitar congestionamentos, mas não dispersas de tal forma que haja o risco destas serem batidas por partes e assim derrotadas por um inimigo que faça uso de munições convencionais.

#### **(i) Prevenção de acidentes**

A prevenção de acidentes deve ser incorporada no planeamento das operações ofensivas, especialmente em tarefas especialmente propensas a acidentes, tais como travessias de cursos de água ou operações com meios aéreos.

A deficiente prevenção de acidentes pode impedir o sucesso da missão durante operações de combate. Os comandantes devem avaliar e monitorizar as atividades de rotina e ambientais da unidade para identificar riscos que podem levar à perda de potencial de combate, devido a acidentes e incidentes, que possam ser evitados. Os planos de descanso e recuperação do pessoal, a experiência dos comandantes e os níveis de proficiência da



unidade são considerações de segurança que influenciam as decisões de gestão do risco durante operações de combate.

**(j) Segurança das Operações (OPSEC)**

A OPSEC efetiva e disciplinada protege os elementos essenciais de informação amiga (Essential Elements of Friendly Information - EEFI), evitando que o reconhecimento e outras capacidades de recolha de informações do inimigo adquiram dados através da observação ou identificação de atividades ou informações das forças amigas. O defensor operacionaliza as suas medidas de OPSEC durante as operações para evitar a surpresa. O programa de OPSEC e quaisquer medidas de decepção de uma unidade, que são conduzidos de acordo com as diretivas do escalão superior, dissimulam ou ludibriam o inimigo quanto à real localização da área de defesa principal e o dispositivo das forças amigas. O engenheiro da unidade pode recomendar, durante a fase de planeamento, as medidas de camuflagem e ocultação que devem ser empregues pela unidade como parte das suas medidas de OPSEC, tanto para a fase de preparação como para a de execução.

**(k) Inativação de engenhos explosivos (EOD)**

O EOD apoia a força com a capacidade de neutralizar munições convencionais ou explosivos não detonados, dispositivos explosivos improvisados (IED) e armadilhas contendo quer explosivos convencionais, quer de alta potência, ou ainda material químico, biológico ou radiológico que possam ser uma ameaça, sobretudo para o ímpeto das operações ofensivas, dificultando a liberdade de movimentos, degradando a mobilidade ou até o acesso a órgãos críticos dentro da AOp.

O estado-maior da unidade que defende integra no seu planeamento o emprego de meios de inativação de engenhos explosivos para apoiar o seu esforço de proteção, o que inclui a inativação de engenhos explosivos durante operações defensivas.



## **Apêndice B – Guião das Entrevistas**

2014/2015

### **TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO DE GRUPO**

A função de combate proteção na Campanha Militar no Teatro de Operações em Angola entre 1961 e 1974

O trabalho de investigação de grupo faz parte do programa curricular do CPOS. Com este trabalho de investigação, pretende-se realizar uma análise da Campanha Militar no Teatro de Operações em Angola, tendo sido atribuído ao nosso grupo, a tarefa de analisar a função de combate proteção, durante o período de 1961 a 1974.

Até ao presente momento, alicercámos a nossa pesquisa, fundamentalmente, em fontes escritas. A consulta de livros, artigos, biografias, coleções, relatórios e extratos de Ordens de Operações, possibilitaram-nos a recolha de informação ao nível da Doutrina em vigor e sua evolução, assim como os procedimentos aplicados em diversas operações, relativos ao objeto de estudo.

Pretendemos contudo, enriquecer e complementar o nosso trabalho. Daí, sentimos que nada melhor do que o contacto, com quem realmente viveu o conflito.

Agradecemos a sua disponibilidade, pois o seu contributo irá enriquecer o nosso trabalho, sendo mais motivador tanto para nós como para um futuro leitor. Solicitamos deste modo, os seus bons ofícios, no sentido de nos elucidar sobre os assuntos explanados abaixo.

1. Breve descrição da comissão que desempenhou (datas, funções desempenhadas, locais, operações em que participou, outros assuntos que considere relevantes para enquadramento);
2. No que respeita à defesa antiaérea, que tipo de unidades é que tinham esta responsabilidade e de que forma era executada?
3. No decorrer da nossa investigação, tivemos conhecimento que a recolha de pessoal implicava alguns procedimentos de segurança, nomeadamente na evacuação de feridos e rendição de pessoal por meios aéreos. De que forma era feito e como era garantida a segurança durante a recolha de pessoal?
4. Por vezes, quando as NT chegavam a um objetivo, o mesmo estava abandonado e as forças da ameaça tinham retirado, não se conseguindo o fator surpresa como era pretendido. Como era garantida a segurança das informações para evitar este



tipo de situações e qual era o processo de nomeação dos guias para as operações e a que tipo de informação tinham acesso?

5. Relativamente ao fratricídio, existe pouca informação disponível, sendo que a mesma refere que o registo de casos destes é praticamente inexistente. Recorda-se de alguma situação que possa ter originado fratricídio? Existia algum treino ou medida específica para minimizar a possibilidade de situações de fratricídio?

6. A reconstrução de pontes e abertura de itinerários eram trabalhos frequentes por parte das NT. Como era garantida a proteção durante a execução dos trabalhos? No que respeita aos quartéis e áreas de bivaque como era feita segurança?

7. Dependendo do tipo de operações, as condições para garantir o bem estar das tropas eram muitas vezes precárias. Tendo em conta as necessidades e serviços básicos, de que forma era garantida a sobrevivência das NT no campo de batalha?

8. A guerra do ultramar provocou vários feridos e mortos devido a combate e doenças tropicais e infecciosas. Como era conduzido o apoio sanitário e que medidas de proteção eram tomadas para minimizar ou prevenir as doenças?

9. Também os acidentes, como por exemplo de viação e com armas de fogo, causaram inúmeras baixas. Quais os principais motivos destes acidentes e que medidas preventivas eram tomadas para os evitar?

10. Em operações complexas de que forma se articulavam as forças para garantirem o apoio mútuo e a segurança das mesmas?

11. Um dos maiores inimigos das NT eram as minas. Quando era detetada uma mina ou um campo de minas, que procedimentos eram adotados e de que forma era executada a inativação das mesmas? Existiam equipas para inativação de minas?



---

## Apêndice C – Entrevista com Exmo Cor Barão da Cunha

Segundo Cor Barão da Cunha, a primeira missão das forças militares (portuguesas) foi a proteção das comunidades civis que habitavam em Angola (proteção civil). Esta missão foi executada inicialmente com muita dificuldade, visto o efetivo militar existente na época ser muito baixo. Esta situação, incrementada com a dispersão das populações veio dificultar a missão de proteção da comunidade civil.

Ainda relativamente à proteção, eram efetuadas buscas, reconhecimento e identificação no Musseques. Estas ações eram efetuadas em conjunto pela Policia Militar, Policia Civil e a Policia Nacional de Defesa do Estado com vista a detetarem indivíduos ou grupos insurgentes. Normalmente tinham a seguinte forma de atuação: a Policia Militar, com maior poder de fogo e por conseguinte de dissuasão, cercava a área efetuando um “U”, normalmente com o centro coincidente com a praça desse bairro; de seguida a Policia Civil em coordenação com a Policia Nacional de Defesa do Estado, reuniam a população na praça. Esse ajuntamento era ordenado por várias fileiras, sentados, os quais em seguida eram identificados (através normalmente de documentos identificativos).

No início da guerra (até 1967) os militares, desde soldados até oficiais, iam muito mal preparados ao nível da proteção, para a missão que iriam desempenhar. Apenas poucos militares de Operações Especiais (Lamego) tinham alguns conhecimentos, inicialmente teóricos, adquiridos nos Estados Unidos. Estes conhecimentos foram cimentados pela colocação de militares que já tinham efetuado comissões de serviço no Ultramar, (incluindo o próprio) no Centro de Instrução de Operações Especiais (CIOE), em Lamego. O primeiro curso de Operações Especiais foi mesmo ministrado por Alferes que já tinham tido comissões de serviço no Ultramar. Os primeiros cursos do CIOE formaram apenas Oficiais e Sargentos, e estes foram destacados individualmente (ou parelhas) para os quartéis ultramarinos. Ou seja, continuava a existir um *gap* de informação e treino (que se tentou minimizar, com instrução no terreno) nas nossas forças.

No IAEM e outras instituições de ensino, as instruções de proteção e segurança, recaiam sempre na doutrina Norte Americana da Segunda Guerra Mundial.

Segundo o Cor Barão da Cunha, a proteção dos edifícios e unidades foi efetuada muito à conta da improvisação e desenrasque das nossas tropas. Inicialmente, era circunscrita apenas aos quartéis. Contudo, com a necessidade de se proteger as populações que se aglomeravam em torno dos mesmos, essa mesma proteção foi alargada por forma a englobar



toda a população. Esta proteção era fisicamente materializada através de colocação de rolos de arame farpado que envolviam tanto quartéis como as habitações das populações na proximidade do quartel. Era ainda materializada pela criação de abrigos à dentro dessa área e junto ao arame farpado. Estes abrigos eram simplesmente construídos por troncos de palmeiras e contentores vazios de combustível. Todos estes trabalhos foram efetuados pela mão-de-obra dos militares (dos respetivos quartéis) e pela própria população.

As viaturas blindadas e as poucas peças de artilharia existentes, tiveram sobretudo um papel dissuasor e psicológico. Este papel foi assumido mais especificamente pela artilharia, visto as próprias munições que inicialmente existiam eram anticarro e não surtiam na prática o efeito desejado (efeito destrutivo).

No início, o apoio de pessoal e feridos (evacuação sanitária) foi muito dificultado pelo fato de não existirem meios aéreos capazes de efetuarem essa missão. Nos primeiros anos esse apoio era efetuado muito à base de transportes terrestres, o que resultou em algumas baixas que poderiam ter sido evitadas se o mesmo tivesse sido prestado com maior celeridade. Quando começaram a ser empregadas as primeiras ambulâncias, apesar de significar que o apoio sanitário podia ser prestado logo na altura da chegada, o tempo de chegada foi incrementado pois havia necessidade de escolta das viaturas. O tempo era o fator que determinava a vida ou a morte de um militar.

Nos anos seguintes o apoio na evacuação começou a ser algumas vezes efetuado através de transporte aéreo, contudo os mesmos nunca foram suficientes para apoiar a força completamente. Estas missões, inicialmente eram efetuadas através de aeronaves de asa fixa (aviões) e com a chegada das primeiras aeronaves de asa móvel (helicópteros) foram completamente redesenhadas, revolucionando mesmo a forma como a evacuação aérea era feita (não havia mais a necessidade de se criarem ou encontrarem zonas de aterragem extensas).

Relativamente às movimentações das forças (em missões específicas ou não), existiam algumas metodologias que foram implementadas, nomeadamente era expressamente proibido existirem militares que se movimentassem sozinhos. Quanto aos grandes altos, em que era necessário instalarem-se por longos períodos de tempo num local, quando era possível eram escolhidos locais junto a rios e cursos de água para que pelo menos um dos eixos de aproximação ficasse comprometido (através das devidas implementações de “escutas”). Os demais eixos eram segurados através de implementação de armadilhas e arame farpado para que o local em que os militares se encontrassem localizados se tornasse



num local impossível de alcançar sem ser detetado. As viaturas eram estacionadas em forma de ouriço (com os faróis para o exterior e com as metralhadoras ligeiras apontadas também para o exterior).

Existiram muitos acidentes mortais com armas de fogo. Essa situação fez com que o próprio (com o posto de Capitão) implementasse regras de segurança e a aplicação do castigo máximo (da sua competência) a quem quebrasse essas regras.

Relativamente à segurança das informações, existiram, por falta de formação, situações caricatas nos Estados-maiores. Nomeadamente as salas de operações serem blindadas e impossíveis de alcançar sem a devida autorização, contudo terem uma varanda que tinham o individuo de etnia africana a varrer e a efetuar limpeza.

Relativamente aos guias e informadores, e com vista a não existir fugas de informação, as Ordens de Operação eram criteriosamente e minuciosamente difundidas, contudo o objetivo e local apenas eram difundidos aos graduados.

Segundo o Cor Barão da Cunha, existiu uma situação desvantajosa para as forças portuguesas: os locais eram muito mais experientes na guerra do que as forças nacionais visto não existir rendição (como era óbvio) e existir um acumular de experiência.

Segundo o Cor Barão da Cunha, existia outra situação que gerou alguma falta de proteção em algumas unidades. Era simples criar espírito de corpo nos militares portugueses, contudo era muito complicado e complexo criar esse mesmo espírito nas forças de etnia africana (que constituíam um numero significativo nos quartéis), pois eles odiavam-se mais (entre eles) do que os próprios portugueses.

Relativamente aos trabalhos de construção e abertura de itinerários, existiam apenas duas estradas asfaltadas em toda Angola. A criação de infraestruturas horizontais (estradas) veio a criar um ambiente muito mais seguro e protegido por toda a região, mais propriamente nos deslocamentos. Essas estradas tinham vários metros de largura, asfaltadas, o que facilitava o deslocamento e dificultava ao inimigo as operações de emboscada. Estas missões da engenharia eram sempre escoltadas por unidades que efetuavam a proteção dos trabalhos. Para o Cor Barão da Cunha, a Engenharia foi a arma de excelência da Guerra Ultramarina.

Desativação dos engenhos explosivos não estava ligada à Engenharia. Cada companhia era autónoma em levantar as minas (desminar) e em coloca-las. Cada companhia tinha “especialistas” nestas operações. As minas fizeram algumas baixas, contudo salvaram muitas vidas.



A proteção dos locais de captação de água era fundamental. E essa proteção era sobretudo efetuada pelas tropas de quadricula, que poderiam ter esses locais junto aos quartéis ou afastados (o que levava a uma proteção adicional no deslocamento para abastecimento). A tropa de intervenção transportava normalmente os seus abastecimentos ao nível de água.

Relativamente aos restantes reabastecimentos, as colunas de reabastecimentos sofreram muitos ataques pois eram facilmente identificáveis e possuíam pouca proteção. Perante esta situação as Tropas de quadricula tentaram ser autossuficientes por forma a não dependerem exclusivamente do transporte de reabastecimento. Essa autossuficiência era alcançada sobretudo à custa da criação de animais e hortas, e trocas comerciais com as populações (por exemplo ensino escolar por troca de alimentos).

O apoio sanitário foi vital para a redução de baixas, quer das forças portuguesas quer da população. Apesar disso, inicialmente não existiam meios de análise, mosquiteiros, nem filtros de água, o que gerou muitas doenças e algumas mortes. Nos primeiros anos os militares receberam tratamento em hospitais civis. Com a criação e construção de hospitais militares passaram a ser tratados nestes. Estes hospitais distinguiram-se pela excelência.

Nas Operações a proteção era alcançada principalmente pelo treino (efetuado por quem tinha experiência vivida). Existia uma repetição de gestos, até a sua automatização. As emboscadas eram treinadas até à exaustão.

Na proteção havia um princípio orientador para o Cor Barão da Cunha: a sensatez era mais importante do que a experiência. Por vezes militares com alguma experiência cometeram erros fatais por falta de sensatez, e o oposto também aconteceu: militares (por exemplo milicianos) mais velhos de idade, que mesmo com falta de experiência, em situações de perigo foram sensatos e por conseguinte conseguiram proteger a força que comandavam.



---

## **Apêndice D – Sinopse da entrevista com Exmo General Alípio Tomé Pinto**

Em 13 de Maio de 2015, realizámos uma entrevista ao Exmo General Alípio Tomé Pinto que cumpriu duas comissões de serviço na Campanha Militar no Teatro de Operações de Angola, respetivamente de 1961 a 1963 e de 1972 a 1974. Na primeira comissão foi Adjunto da Companhia de Caçadores n.º 129 e na segunda comissão, Chefe da 2ª Repartição em Luanda. A diversidade de funções desempenhadas aliada à distância temporal que separou as duas comissões, possibilitou um acumular de experiências e conhecimentos que se revelaram fundamentais para compreendermos a evolução da Proteção ao longo da Campanha.

Em Maio de 1961 foi para Angola. A sua companhia percorreu os Dembos, sem tempo para instalar as camas que transportava em camionetas. Foi ferido numa emboscada, escreveu com o próprio sangue e chegaram a ministrar-lhe a extrema-unção. Mas em Nova Lisboa tinha uma vida melhor do que em Lisboa e ia comer lagosta ao Lobito.

Em Maio de 1961, após uma preparação intensa, marchou para Angola como adjunto da Companhia de Caçadores n.º 129. Houve um desfile à saída do porto, na Avenida Marginal, com palmas e entusiasmo. Envergavam uniformes caqui amarelo, com a Espingarda Mauser, e pouco mais. As dificuldades logísticas que enfrentaram, foram ultrapassadas com desembaraço e natural espírito de missão.

Neste particular, releva o desempenho do seu Comandante de Companhia, o Capitão Albuquerque, que era o primeiro a dar o exemplo: estava no meio das dificuldades e tentava resolvê-las.

Estiveram em Luanda à espera do material de guerra, que não chegava, mal instalados, num seminário sem paredes e com mosquitos. Passado menos de um mês andavam numas viaturas civis com camas metidas em camionetas como se fossem “bombeiros”. A companhia foi para Quizalala, onde começou o terrorismo, que era uma estrada que ia de Quitexe até S. José do Encoge, onde havia uma antiga fortaleza portuguesa, na região Dembos. A zona era isolada e o contato com as populações era quase inexistente. Patrulhavam a serra do Pingano e Nova Caipemba, no Songo, Carmona. Deslocavam-se sempre na zona, que foi definida assim: saíam de Luanda e dirigiam-se para Dondo, e daí para Camabatela, Negage. Pararam uns dias porque havia conflitos, e seguiram para o Uíje, Songo, Luceia. Depois, andaram naquela zona de Luceia e voltaram ao Songo, Uíje, Quitexe e por fim a Quizalala, onde estiveram mais tempo.



Num contacto com o inimigo, em Novembro de 1961, o General fez o seguinte relato: “caímos numa emboscada junto a Quijoão, e eu fui ferido por um projétil, que entrou pelo lado esquerdo da cara e alojou-se no outro lado, junto à carótida. Partiu-me o maxilar. Houve à minha volta uma extraordinária solidariedade. Eu vinha num daqueles “jipões”, naquelas picadas que eram um bocado difíceis, e só recebi os primeiros cuidados médicos no estacionamento, duas horas depois, com o sangue a cair. A maneira como o médico que me viu me auscultou, e os gritos que ele deu a pedir um helicóptero que não havia, é que me fizeram perceber que a situação devia estar má. O médico, o Dr. Vitor, pedia um helicóptero mas penso que só havia um na Região Militar de Angola. Como eu tinha o maxilar partido, não podia falar, mas estava extraordinariamente consciente de tudo o que se passava. Fui de jipão para o Uíje, durante umas cinco horas, e depois começou a chover. Aguentei, com os soldados a meu lado, sempre a acompanharem-me, a agarrarem-me por causa dos solavancos naquelas picadas, com umas mantas de um lado e de outro, a procurarem que eu não tivesse grandes solavancos. Foram-me sempre animando, até ao hospital, e só no hospital é que houve possibilidade de ser tratado. O pelotão que me acompanhou, e do qual eu era comandante, ficou toda a noite no hospital. Todos eles me deram sangue, deram sangue ao seu tenente.

Devo a minha vida ao cabo enfermeiro Leonel Eurico Pires. No dia seguinte, tive de ser evacuado para Luanda, num Dornier, com o Leonel a acompanhar-me. Fomos de avião, mas como entretanto chegou a hora do almoço dos pilotos, aterraram no Negage. Quando aterrei, talvez por causa do voo, comecei a sentir-me pior. Veio um médico ver-me, chamou um capelão, e este perguntou-me se eu queria levar a extrema-unção. Pela primeira vez, pensei que aquilo era para morrer e, mesmo pouco convencido disto, fiz sinal que sim. Meteram-me numa maca e levaram-me para um barracão de zinco. Toda a gente se foi embora almoçar, mas o Leonel não me abandonou. Entretanto, começou uma daquelas chuvadas tropicais. Foi quando pensei: «Isto é para morrer, mas não há maneira de eu morrer. Eu não posso morrer.» Deviam ter passado umas duas horas, ganhei nova força dentro de mim e comecei a escrever num papel que pedi ao Leonel. Ficava muito zangado porque o Leonel não lia aquilo que eu escrevia - eu pensava que estava a escrever bem mas afinal não tinha feito mais que um risco desde o princípio ao fim da folha. O Leonel, porém, apercebeu-se de qualquer coisa e disse-me: «Meu tenente, aguenta aí que eu vou à messe dos oficiais. Vou buscar um médico. Não demoro.» Nessa ocasião, foram todos para o barracão. Eu não me apercebia bem do que é que se passava à minha volta, só lhes dizia que não queria



injeções de morfina porque não queria nada que me adormecesse as dores. Depois queriam-me tirar os coágulos de sangue, mas eu também disse que não. Se me tirassem os coágulos de sangue, outro sangue viria em hemorragia. O médico dizia que eu tinha de ir para Luanda mas chovia imenso e as pistas eram de terra batida. Mas o comandante da base disse que iam levantar dois aviões, um comigo e outro, para ver se não acontecia nada ao meu avião por causa da chuva. O avião fez uma primeira tentativa, mas não conseguiu levantar porque aquilo era só lama, terra e chuva. Fez-se uma segunda tentativa, mas foi a mesma coisa. Eu ouvia alguém dizer: «Não é possível levantar.» E outra pessoa dizia: «Mas tem que levantar.» Houve uma terceira tentativa e o avião lá levantou. Fui para Luanda, com o Leonel a meu lado, a conversar e a animar-me. Eu tinha uma vontade imensa de me curar. Isto serviu de exemplo para eu dar aos meus militares: quando se é jovem, ou se morre nos primeiros cinco minutos, ou o indivíduo tem obrigação de resistir e de não se deixar morrer. A parte psicológica era extraordinariamente importante. Esta foi a minha primeira grande experiência humana, a de sentir a solidariedade dos soldados. Depois vim para Lisboa acabar os tratamentos, e regresssei novamente a Angola.”

Regressou a Angola, já promovido a Capitão sendo colocado em Nova Lisboa (atual Huambo), como Comandante de Companhia, num Regimento territorial da guarnição local. Após o regresso da primeira comissão em Angola foi colocado em Mafra como instrutor. Fez um treino intensivo sobre guerrilha e em Maio de 1964, foi projetado para a Guiné.

Em 1972 regressou a Angola, para o comando-chefe, com o general Luz Cunha. Como Chefe da 2ª Repartição, percorreu quase todo o território de Angola. Face à crescente ameaça no Congo solicitou através dos canais apropriados, que as aeronaves Sul-africanas que patrulhavam a fronteira Sul de Angola patrulhassem também a fronteira Nordeste para dissuadirem qualquer ataque. Conforme testemunhou, a guerrilha, deixou de ter razão de existir, porque houve um desenvolvimento económico imparável. Angola era grande, as pessoas eram muito capazes. Esta comissão, de 1972 a 1974, foi comissão mais calma e de satisfação plena. Angola tinha crescido, havia liceus por todo o lado, estavam lá as mulheres dos militares, quadros permanentes e milicianos, as pessoas iam de Portugal com o espírito de ajudar o próprio angolano, sem qualquer interesse colonialista.



---

**Tabela 1 – Discriminação de Efectivos em 1964 e 1973**

**Tabela 1** - Discriminação dos Efectivos - Of., Sarg. e Pr. em 1964 e 1973

Fonte: (Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 - 1974), 1988, p. 263)

TO	Data	Efectivos				
		Oficiais	Relação Of./Pr.	Sargentos	Relação Sar./Pr.	Praças
ANGOLA	31-12-64	2317	1/19,4	5252	1/8,6	44 924
	30-9-73	3128	1/17,0	9225	1/5,8	53 239
MOÇAMBIQUE	31-12-64	911	1/16,7	1953	1/7,8	15 185
	30-9-73	2504	1/17,3	5658	1/7,7	43 301
GUINÉ	31-12-64	705	1/18,3	1587	1/8,1	12 903
	30-9-73	1557	1/17,3	3575	1/7,5	26 903



**Tabela 2 – Quadro síntese de mortos em Angola**

**Tabela 2 - Mortos em Angola**

Fonte: (Comissão para o Estudo das Campanhas de África (1961 - 1974), 1988, p. 264)

Ano	Em combate		Por acidente com armas de fogo		Por acidente de viação		Por outras causas		Soma		Obs.
	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	Rect. da Metrópole	Rect. da Província	
1961	109	17	8	3	20	4	29	4	166	28	Até 25-4-74 Após 25-4-74
1962	112	9	11	1	32	7	24	7	179	24	
1963	78	5	18	2	23	5	29	9	148	21	
1964	99	4	20	4	34	9	35	3	188	20	
1965	86	7	14	9	54	13	38	13	192	42	
1966	92	14	12	4	36	8	27	12	167	38	
1967	84	17	22	4	49	12	31	23	186	56	
1968	103	15	21	10	45	14	40	17	209	56	
1969	67	28	23	13	58	16	48	22	196	79	
1970	66	16	20	9	50	26	52	29	188	80	
1971	47	6	20	13	36	21	38	31	141	71	
1972	57	21	18	8	46	25	33	16	154	70	
1973	33	18	18	6	69	36	32	30	152	90	
1974	16	13	1	1	15	15	9	12	41	41	
	49	18	14	17	41	41	23	32	127	108	
SOMA	1 098	208	240	104	608	252	488	260	2 434	824	
TOTAIS	1 306		344		860		748		3 258		